



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Engenharia

Proposta de Reabilitação do Edifício da Junta de Freguesia de Peredo: valorização em contexto rural

Tânia Cristina Sequeira Ramalho

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Arquitetura
(Ciclo de estudos integrado)

Orientador: Prof. Doutor Jorge Manuel da Silva Carlos

Covilhã, Janeiro de 2016

Agradecimentos

Ao meu orientador Prof. Dr. Jorge Carlos.

Pela sua orientação, pela sua disponibilidade, e por todo conhecimento transmitido.

À Prof. Dr. Susana Tavares.

Pelo incentivo.

Aos meus pais e ao meu irmão.

Por todo o apoio, por estarem sempre presentes.

À minha família .

Avó Maria , avô Agostinho , Primo Luís Carlos e Padrinho António.

À todos os meus amigos , agradeço em particular à Marina Cordeiro, Ivan Pinheiro, Cristina Enes, Andreia Alves, Petra Grilo, Patrícia Jesus, Cátia Oliveira e Sílvia Martins.

Por me terem acompanhado e estarem sempre disponíveis para tudo.

Ao Luís Borges.

Por toda a paciência e pelo encorajamento.

Resumo

As áreas rurais têm vindo a perder habitantes e as populações tornam-se cada vez mais envelhecidas. As aldeias não são suficientemente atrativas para fixar jovens, visto que não asseguram emprego e não têm ocupações apelativas, o que leva ao despovoamento e ao desgaste dos espaços. Assim sendo, a prestação de serviços públicos poderá ser parte da solução para estimular o desenvolvimento das áreas rurais. Estas têm uma diversidade de ofertas que devem ser exploradas e divulgadas, devendo ser alvo de investimento. Os espaços públicos bem como os privados devem ser reabilitados, visto que são a identidade de um povo e que fazem parte de todo o património destes lugares, de forma a oferecer melhor qualidade de vida à população.

Atualmente, a maioria dos edifícios existentes nas aldeias não respondem aos padrões de qualidade exigidos, é importante perceber de que forma se deve intervir para se poder reabilitar os espaços rurais e a sua envolvente construída, mantendo a identidade arquitectónica do local. Com a proposta de reabilitação do edifício da Junta de Freguesia de Peredo pretende-se conservar o carácter do edifício, preservar a qualidade de vida da população, criar alguma competitividade com as cidades e preservar grande parte dos elementos construídos de forma a consumir menores quantidades de energia na produção e aplicação de produtos de construção.

A Junta de Freguesia possui vários espaços, porém alguns deles deixaram de ter utilidade há muito tempo, tais como: sala médica, jardim-de-infância, associações, uma habitação e salões de festas. A proposta de reabilitação prevê habitação para turismo, ou para a população em caso de necessidade de realojamento temporário, bem como uma sala polivalente, correios, sala de reuniões, e um gabinete de apoio ao cidadão (áreas que já existem e que precisam ser repensadas). Todo o espaço exterior será igualmente tratado, criando espaços de convívio e zonas verdes.

Em suma, é uma proposta alicerçada no passado, com as técnicas e exigências do presente para um futuro melhor.

Palavras-chave

Meio Rural. Equipamento público. Turismo Rural. Reabilitação. Arquitetura.

Abstract

The rural areas have been losing residents and the populations become more and more aged. The villages aren't appealing enough to fix young people, not assuring employment and with no appealing occupations, resulting in depopulation and the wear out of spaces. Therefore, the public services provision can be part of the solution to stimulate the rural areas development. These areas have a diversity of offers that must be explored and disclosed, and should be a target of investment. The public spaces, as well as the private must be rehabilitated, since that they are the identity of a population and that are part of the whole patrimony of this places, offering better life quality to people.

Nowadays, the majority of the existing buildings in the villages do not respond to the demanding life patterns. It is important to understand in what way interventions should be made so that is possible to rehabilitate the rural spaces and its constructed environment, keeping the architectural identity of the place. With the proposal of rehabilitation of Peredo Parish Council building there is the intention to conserve the building character, preserve the life quality of the population, create some competitiveness with the cities and preserve big part of the constructed elements to diminish the amount of consumed energy in the production and application of construction products.

The Peredo Parish Council has various spaces, however some of them have lost there utility long ago, such as: medical rooms, kindergarten, associations, a house and party rooms. The rehabilitation proposal foresees a house for tourism, as well as a multipurpose room, post office, meeting room, and an office to citizens advice (areas that already exist and need to be thought). All the exterior space will be equally treated, creating places for social interaction and green zones.

In summary, it is a proposal with its foundations in the pass and with the techniques and demands of the present for a better future.

Keywords

Rural environment. Public equipment. Rural Tourism. Rehabilitation. Architecture.

Índice

1 INTRODUÇÃO.....	3
1.1 Apresentação do problema	3
1.2 Âmbito e objetivos	4
1.3 Metodologia e estrutura	5
2 CONTEXTO DOS MEIOS RURAIS	7
2.1 Êxodo rural	7
2.2 Relações urbano-rurais	11
2.3 O espírito do lugar	15
3 ARQUITETURA POPULAR PORTUGUESA	17
3.1 A casa popular Portuguesa e o tipo de povoamento	17
3.1.1 Geologia e estrutura	19
3.1.2 Relevo e clima	20
3.1.3 Atividades das populações	21
3.1.4 Formas de povoamento	22
3.2 Tipo de povoamento das aldeias transmontanas	25
3.3 A casa transmontana.....	26
4 REABILITAÇÃO	31
4.1 Abordagem à reabilitação.....	31
4.2 Definição do conceito e valor do edificado	32
4.3 Níveis de reabilitação.....	33
4.4 Reabilitação de construções rurais	37
5 ALDEIA DE PEREDO	39
5.1 Enquadramento	39
5.2 População.....	42
5.3 Proposta de reabilitação do edifício da Junta de Freguesia- Memória Descritiva.....	43
5.3.1 Introdução	43
5.3.2 Materiais	47
5.3.2.1 Cobertura	47
5.3.2.2 Revestimentos e acabamentos	48
5.3.2.3 Revestimentos de pisos	48

5.3.2.4 Escadas	49
5.3.3 Proposta de reabilitação	50
5.3.3.1 Critérios gerais e intenção projetual	50
5.3.3.2 Programa	51
5.3.3.2.1 Turismo em espaço rural	52
5.3.3.3 Soluções construtivas	53
5.3.3.3.1 Segurança contra incêndios	53
5.3.3.3.2 Desempenho térmico	54
5.3.3.3.3 Desempenho acústico	54
5.3.3.3.4 Estrutura	54
5.3.3.3.5 Paredes exteriores e interiores	54
5.3.3.3.6 Pavimentos	55
5.3.3.3.7 Portas e janelas	55
5.3.3.3.8 Acessos verticais	56
6 CONCLUSÃO	57
7 BIBLIOGRAFIA	59
ANEXOS	A
População residente, população presente, famílias, núcleos familiares, alojamentos e edifícios	A.1
X Recenseamento geral da População- Macedo de Cavaleiros.....	A.2
DESENHOS DA PROPOSTA	B

Lista de Figuras

- Figura 2.1** - Mapa do povoamento9
DOMINGUES, Álvaro; (2011). Vida no Campo. Porto: Dafne Editora. p.148.
- Figura 2.2** - Mapa da delimitação da ruralidade.....9
DOMINGUES, Álvaro; (2011). Vida no Campo. Porto: Dafne Editora. p.148.
- Figura 2.3** - Tipologias de áreas Urbanas e Rurais na Região Norte, 2007.....10
AZEVEDO, Nuno; BENTO, Ricardo; FERNANDES, Delfina; RAMOS, Luís- Os Espaços Rurais na região Norte: Estudos Complementares de caracterização Territorial e Diagnóstico Regional.
Disponível em WWW:<URL:http://consulta-prot-norte.inescporto.pt/plano-regional/relatorio-do-plano/relatorios-tematicos-de-caracterizacao-e-diagnostico/PROTNORTEespacosrurais.pdf (acedido em 20/03/2015).
- Figura 2.4** - Praia fluvial do Azibo.....14
<http://www.oquevisitarem.com/as-7-maravilhas-praias-de-portugal/>
(acedido em 15/10/2015).
- Figura 2.5** - Barragem do Sabor.....14
Fotografia de Tânia Ramalho.
- Figura 2.6** - Caretos de Podence, aldeia de Podence- Macedo de Cavaleiros.....15
Disponível em WWW:<URL:http://www.sapo.pt/noticias/caretos-de-podence-vao-representar-portugal_5613cb6dc72642dd24d06874;
Disponível em WWW:<URL:http://dourovalley.eu/poi?id=8135. (acedido em 15/10/2015).
- Figura 2.7** - Ceifa e malha do cereal, Morais - Macedo de Cavaleiros.....16
Disponível em
WWW:<URL:https://www.facebook.com/cm.macedodecavaleiros/photos_stream?ref=page_interna. (Acedido em 1/9/2015).
- Figura 3.1** - Conjunto de três casas populares, Peredo.....17
Fotografia de Tânia Ramalho, 2015.

Figura 3.2 - Mapa tipológico e respectiva legenda.....	18
AMARAL, Francisco K. et al.; (1988). <i>Arquitectura Popular em Portugal</i> . Volume 1. 3ª Edição, Lisboa: associação dos Arquitectos Portugueses. p.222 e 223.	
Figura 3.3 - Casa Popular, aldeia de Chacim- Macedo de Cavaleiros.....	19
Fotografia de Tânia Ramalho, 2015.	
Figura 3.4 - Mapa caracterizador do Relevo.....	21
MOUTINHO, Mário C; (1979). <i>A Arquitectura Popular Portuguesa</i> . Lisboa: Editorial Estampa. p.17.	
Figura 3.5 - Embrasar cebolas, 1896- José Malhoa.....	22
Disponível em www:<url:http://de-peralcovo.blogspot.pt/2013/07/jose-malhoa.html .	
Figura 3.6 - Mapa do tipo de povoamento	22
MOUTINHO, Mário C; (1979). <i>A Arquitectura Popular Portuguesa</i> . Lisboa: Editorial Estampa. p.17-	
Figura 3.7 - Esquema de povoações localizadas em montanhas.....	23
MARTINS, Nuno Miguel Fonseca; (2010). <i>Reabilitação De Edifícios Para Turismo Rural, Estudo de casos de sucesso</i> . Porto: Universidade do Porto. p.19.	
Figura 3.8 - Esquema de povoações localizadas em cristas montanhosas.....	24
MARTINS, Nuno Miguel Fonseca; (2010). <i>Reabilitação De Edifícios Para Turismo Rural, Estudo de casos de sucesso</i> . Porto: Universidade do Porto. p.19.	
Figura 3.9 - Esquema de povoações localizadas em planícies	24
MARTINS, Nuno Miguel Fonseca; (2010). <i>Reabilitação De Edifícios Para Turismo Rural, Estudo de casos de sucesso</i> . Porto: Universidade do Porto. p.19.	
Figura 3.10 - Casa popular de dois pisos, Peredo.....	26
Desenho de Tânia Ramalho, 2015.	
Figura 3.11 - Casa Popular, Peredo.....	27
Desenho de Tânia Ramalho, 2015.	
Figura 3.12 - Corte de uma cozinha, Rio de Onor	28
AMARAL, Francisco K. et al.;(1988). <i>Arquitectura Popular em Portugal</i> . Volume 1. 3ª Edição, Lisboa: associação dos Arquitectos Portugueses. p.147.	

Figura 3.13 - Um escano, Rio de Onor.....	28
AMARAL, Francisco K. et al.; (1988). <i>Arquitectura Popular em Portugal</i> . Volume 1. 3 ^o Edição, Lisboa: associação dos Arquitectos Portugueses. p.147.	
Figura 3.14 - Varanda em madeira, Peredo.....	28
Aquarela de Tânia Ramalho, 2015.	
Figura 3.15 - Porta de adega em madeira, Peredo	28
Desenho de Tânia Ramalho, 2015.	
Figura 4.1 - Corrimão e balaústres em madeira.....	36
Fotografia de Tânia Ramalho, 2015.	
Figura 4.2 - Fachada Sudeste do edifício da Junta de Freguesia.....	36
Fotografia de Tânia Ramalho, 2015.	
Figura 4.3 - Pombal, Peredo.....	37
Fotografia de Tânia Ramalho, 2015.	
Figura 4.4 - Casa Popular, Peredo.....	38
Fotografia de Tânia Ramalho, 2015.	
Figura 5.1 - Igreja (exterior), Peredo, 1905.	39
Fotografia de Tânia Ramalho, 2015.	
Figura 5.2 - Igreja (interior), Peredo, 1905.....	39
Fotografia de Tânia Ramalho, 2015	
Figura 5.3 - Capela invocativa a Nossa S. ^a do Bom despacho.....	39
Fotografia de Tânia Ramalho, 2015.	
Figura 5.4 - Fonte de Mergulho, 1817, Peredo.....	40
Fotografia de Tânia Ramalho, 2015.	
Figura 5.5 - Casa habitacional, Peredo.....	40
Fotografia de Tânia Ramalho, 2015.	
Figura 5.6 - Café Restaurante e Residencial Saldanha (interior do café), Peredo.....	40
Fotografia de Tânia Ramalho, 2016.	

Figura 5.7 - Café Restaurante e Residencial Saldanha (recepção), Peredo.....	40
Fotografia de Tânia Ramalho, 2016.	
Figura 5.8 - Paisagem, Peredo.....	41
Fotografia de Tânia Ramalho, 2015.	
Figura 5.9 - Gráfico sobre a variação do número de habitantes entre 1864 a 2001, Peredo ..	42
Censos	
Figura 5.10 - Fachada Noroeste	44
Fotografia de Tânia Ramalho, 2015.	
Figura 5.11 - Fachada Sudeste.....	44
Fotografia de Tânia Ramalho, 2015.	
Figura 5.12 - Fachada Nordeste	45
Fotografia de Tânia Ramalho, 2015.	
Figura 5.13 - Fachada Sudoeste	45
Fotografia de Tânia Ramalho, 2015.	
Figura 5.14 - Junta de Freguesia, interior.....	46
Fotografia de Tânia Ramalho, 2015.	
Figura 5.15 - Junta de Freguesia, correios e sala do presidente.....	46
Fotografia de Tânia Ramalho, 2015.	
Figura 5.16 - Sala polivalente.....	46
Fotografia de Tânia Ramalho, 2015.	
Figura 5.17 - Salão de festas, actualmente sem uso.....	46
Fotografia de Tânia Ramalho, 2015.	
Figura 5.18 - Reboco exterior.....	48
Fotografia de Tânia Ramalho, 2015.	
Figura 5.19 - Esquema estrutural do pavimento.....	49
APPLETON, João (2011). Reabilitação de Edifícios Antigos- Patologias e Tecnologias de Intervenção. 2ª Edição, Amadora: Edições Orion. p.36	

Figura 5.20 - Pavimento em madeira, 1º piso.	49
Fotografia de Tânia Ramalho, 2015.	
Figura 5.21 - Pavimento em tijoleira, revestido a cimento queimado	49
Fotografia de Tânia Ramalho, 2015.	
Figura 5.22 - Escadas da habitação	50
Fotografia de Tânia Ramalho, 2015.	
Figura 5.23 - Corte longitudinal de uma escada	50
APPLETON, João (2011). Reabilitação de Edifícios Antigos- Patologias e Tecnologias de Intervenção. 2ª Edição, Amadora: Edições Orion. p.51.	
Figura 5.24 - Corte transversal de uma escada	50
APPLETON, João (2011). Reabilitação de Edifícios Antigos- Patologias e Tecnologias de Intervenção. 2ª Edição, Amadora: Edições Orion. p.51.	
Figura 5.25 - Substituição de uma viga em madeira de um pavimento	55
APPLETON, João (2011). Reabilitação de Edifícios Antigos- Patologias e Tecnologias de Intervenção. 2ª Edição, Amadora: Edições Orion. p.218.	

Lista de Quadros

- Quadro 1** - Emigração e crescimento da população urbana.....8
PEIXOTO, João- *O crescimento da população Urbana e a Industrialização em Portugal*. Revista Crítica de Ciências Sociais. Nº22 (1987), p.106.
- Quadro 2** - Distribuição das Freguesias por tipologias de áreas Urbanas, Nas NUTS III.....10
AZEVEDO, Nuno; BENTO, Ricardo; FERNANDES, Delfina; RAMOS, Luís- Os Espaços Rurais na região Norte: Estudos Complementares de caracterização Territorial e Diagnóstico Regional. p.13.
- Quadro 3** - População residente, população presente, famílias, núcleos familiares, alojamentos e edifício.....A.1
Disponível em WWW:<URL:
http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=censos2011_apresentacao&xpid=CENSS.
- Quadro 4** - X Recenseamento geral da população - Macedo de CavaleirosA.2
Disponível em WWW:<URL:
http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos_historia_pt_1960
(acedido em 20/04/2015).

Lista de Acrónimos

TER	Turismo em espaço rural
DGADR	Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
PROT-NORTE	Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte
APU	Áreas predominantemente urbanas
AMU	Áreas mediamente urbanas
APR	Áreas predominantemente rurais
PU	População Urbana
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos



O idoso.

“...É necessário afastar as causas que provocam o abandono dos campos,
que acumulam e retêm as riquezas nas grandes cidades.”

(Lapidus *apud* Domingues, 2012;128)

1

INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação do problema

Os meios rurais têm vindo a sofrer uma profunda metamorfose. Os problemas com que se debatem são de natureza variada e complexa, em que a solução na maioria das vezes torna-se difícil de ser atingida. Porém, não é motivo para não pensar nos meios rurais e encontrar algumas soluções para estes. Cada aldeia é um caso diferente, cada situação é caracterizada por uma combinação específica dos agentes de desenvolvimento locais.

Os habitantes locais muitas vezes não percebem a grande potencialidade que os meios rurais oferecem. O que a terra produz é um produto valioso que pode e deve ser usado para o desenvolvimento destes lugares. São recursos que sempre existiram e que apenas é necessário reinventá-los. Há produtos locais que podem ser apresentados com outro tipo de atributos que se tornam muito atrativos nos grandes mercados, são produtos singulares e que só por si têm um padrão de qualidade muito elevado (Oliveira, 1997)¹.

Um dos maiores problemas das áreas rurais é o êxodo populacional, com a consequente falta de investimento, levando à degradação dos edifícios que devem ter como solução a reabilitação, pois fazem parte do património arquitetónico deste meios (casas populares, corriças, pombais, moinhos, etc.). A reabilitação do património edificado e a melhoria da prestação de serviços públicos poderá ajudar ao desenvolvimento local, ajudando também ao escoamento dos produtos locais.

Todas as mudanças que os meios rurais necessitam de passar raramente são de curto-prazo, e enquanto estas mudanças não são feitas, os meios urbanos continuam a estar no topo das preferências das populações. As áreas rurais oferecem muito pouco comparativamente às áreas urbanas, as populações satisfazem todas as necessidades nas grandes cidades. As zonas rurais, apesar de terem menor oferta que as zonas urbanas, não têm de ser menos atrativas, estas poderão investir na diferença como forma de atração.

“Tornou-se evidente que as pessoas querem ter acesso aos bens da civilização que mais facilmente encontram em meios urbanos do que nos rurais.” Não são as “luzes da cidade” que podem iluminar o seu espírito o que eles , correctamente procuram. São simplesmente os bens e os serviços que reclamam a escala e que , por isso, só estão disponíveis nos centros urbanos.” (Oliveira, 1997)²

¹ OLIVEIRA, Luís- Problemas do mundo rural.

² OLIVEIRA, Luís; OP. Cit.

O estudo sobre os meios rurais tem como propósito despertar a necessidade de combater os problemas existentes, presentes a vários níveis. A nível arquitetónico, há uma necessidade de preservar todo o património das aldeias e a sua identidade, ao mesmo tempo que, se possível, tornar estes espaços rentáveis do ponto de vista económico, através das atividades que nestes se podem desenvolver.

O local de estudo, uma aldeia transmontana do concelho de Macedo de Cavaleiros-Peredo, como muitas outras aldeias, nas últimas décadas tem vindo a perder alguma população. Todavia, é uma aldeia de grande potencialidade e que pode e deve ser alvo de algumas intervenções.

1.2 Âmbito e objetivos

A casa popular representa uma herança histórica e cultural que importa preservar, não só por fazer parte da identidade do local, mas também pelo elevado potencial turístico. A aposta na riqueza e na diversidade do património cultural possibilita uma renovação dos meios rurais de forma a que estes desenvolvam algumas atividades económicas geradoras de alguns empregos e que permitam fixar a população.

Esta dissertação tem como objetivo o estudo de todo o contexto rural: todas as alterações dos meios rurais, sobretudo a partir da década de 60; a casa popular rural transmontana; o tipo de povoamento e de atividades predominantes; a importância da reabilitação para estes espaços, e por último, a proposta de reabilitação do edifício da Junta de Freguesia da aldeia de Peredo.

O estudo incide sobretudo na aldeia de Peredo, local onde se pretende propor a reabilitação do edifício da Junta de Freguesia. A reabilitação torna-se o caminho viável para a melhoria da edificação face às exigências da vida moderna. Surge como uma estratégia que visa melhorar as condições de vida da população, preservando o património paisagístico, edificado, histórico e cultural. Todo este património deve ser preservado e colocado ao serviço de um novo desenvolvimento, pois é o reflexo de um povo, que se não for valorizado perder-se-á.

1.3 Metodologia e estrutura

A primeira etapa metodológica consistiu na pesquisa bibliográfica, de forma a adquirir maior conhecimento sobre as mudanças dos meios rurais nas últimas décadas: a arquitetura popular transmontana; a reabilitação e por último, a importância da introdução do turismo em espaço rural. Numa segunda etapa, com base nos elementos teóricos antes estudados, surge a proposta de reabilitação da Junta de Freguesia de Peredo. Para tal, foi necessário um estudo caracterizador da aldeia, tendo como base o diálogo com algumas pessoas, visto que havia pouca documentação.

O capítulo 1 intitulado de Introdução, procura explicar a estrutura da dissertação e de uma forma resumida dar a conhecer os temas que são abordados, bem como as motivações que levaram à escolha do título deste trabalho.

O capítulo 2 refere-se ao enquadramento dos meios rurais, todas as mudanças a que estiveram sujeitos, sobretudo, a partir da década de 60. As relações entre o mundo rural e o mundo urbano (evolução histórica).

O capítulo 3 assenta no estudo da arquitectura popular transmontana: o tipo de povoamento; materiais utilizados e os vários tipos de construções que de alguma forma influenciaram também os edifícios públicos existentes.

No capítulo 4 procura-se encontrar uma solução para os problemas dos meios rurais, sendo que essa solução poderá passar pela reabilitação de edifícios antigos que fazem parte da identidade do local e que actualmente foram ultrapassados pelo tempo.

O capítulo 5 está direccionado para a parte prática desta dissertação, que consiste na proposta de reabilitação do edifício da Junta de Freguesia de Peredo que, outrora, foi uma escola primária e que durante os últimos anos foi adquirindo outras funções.

2

CONTEXTO DOS MEIOS RURAIS

2.1 Êxodo rural

Os meios rurais, em Trás-os-Montes, sobretudo a partir dos anos 60, sofrem um acelerado processo de declínio populacional e como consequência o envelhecimento da população. Este declínio populacional está diretamente ligado às migrações para grandes aglomerados urbanos, tanto no espaço nacional como internacional.

Durante a primeira metade do Século XX, a atividade agrícola era predominante nos espaços rurais. *“Nos anos 50 a agricultura era ainda uma actividade com algum peso na produção nacional, gerando cerca de um terço do PIB e ocupando mais de 40% da população Portuguesa (Rolo apud Nobre, 2001)³”*. Todavia a precariedade dos rendimentos da atividade agrícola tornou insustentável a permanência neste sector, levando a população a sair dos meios rurais em busca de novos modos de vida. Com o declínio da agricultura, a escassez de oportunidade de emprego, bem como de serviços, levou ao abandono da população dos meios rurais. *“Os campos despovoaram-se e a população na agricultura reduziu significativamente - nos anos 90 era apenas 10% da população activa - e simultaneamente a produção agrícola perdeu peso na economia nacional contribuindo a essa data, apenas de 5% para o PIB” (Rolo apud Nobre, 2001)⁴”*.

Segundo Domingues (2011) a primeira questão da desruralização é a transformação agrícola. “Hoje, quer a Política comum, PAC, imposta pela união europeia, quer os acordos mundiais de comércio, fizeram com que a agricultura mercantil - a que não é auto suficiente/ou auto-consumo familiar - ficasse refém de um mercado que é global e que, apesar dos custos associados aos transportes dos produtos alimentares e bebidas, produz consequências fortíssimas nos preços ao nível local e nacional (Domingues, 2011)⁵”-

³ NOBRE, Sílvia- Multifuncionalidade dos espaços rurais -os pontos de vista de um grupo de “urbano ex-rurais, em Trás-os-Montes, p.1.

⁴ NOBRE, Sílvia; Op. Cit.; p.1.

⁵ DOMINGUES, Álvaro -Vida no Campo, p.77.

Com a mudança de mentalidades e de necessidades as pessoas abandonaram os meios rurais, contribuindo para a transformação da cultura rural enquanto modo de vida. A visão do mundo, os hábitos, as crenças, tradições e comportamentos da população rural sofreram algumas alterações. Embora não sendo drásticas, fizeram com que os habitantes rurais não vivessem única e simplesmente da atividade agrícola. Esta mudança contribuiu para o êxodo rural de que nos fala Peixoto. “O período de maior urbanização parece ser o de 1950-70, com forte domínio da década 60.” Pois é durante este período que se inicia o principal surto de crescimento da aglomeração lisboeta, apoiada em parte nos serviços e na indústria. Porém o processo de urbanização não se limitou às deslocações dentro de Portugal, sendo a emigração europeia outra das alternativas (Peixoto,1987)⁶.

“O acentuar do êxodo rural após 1950 tem também a ver, claramente com o período da emigração europeia. O processo de urbanização da sociedade portuguesa não se pode restringir, de facto, às fronteiras nacionais. A internacionalização das economias, e em particular os movimentos de mão-de-obra, ligam realidades sociais muito diferentes e permitem que parte da repulsão rural de um país tenha como destino regiões urbanas de países mais desenvolvidos.” (Peixoto,1987)⁷

Quadro 1- Emigração e crescimento da população Urbana.

	1911-39	40-49	50-59	60-69	70-79	TOTAL
Emigração	846 517	81 707	342 928	808 321 (a)	775 511 (a)	2 854 984
Aumento PU	599 084	149 147	336 949	297 515	609 905 (b)	1922 600

(a) Inclui emigração clandestina (após 1965; de 1974 a 1979: dados provisórios).

(b) 1970-81

Como se pode verificar através do Quadro 1 apenas entre 1940 e 1949 o valor do crescimento urbano ultrapassa o da emigração, porém nos restantes anos pode-se observar que parte da repulsão rural se desloca para outros países. A década de 60 é a de maior contraste, pois o valor de emigração excede o do crescimento urbano cerca de quatro vezes mais (Peixoto, 1987)⁸.

⁶ PEIXOTO, João- O crescimento da população Urbana e a Industrialização em Portugal, p. 105.

⁷ PEIXOTO, João; Op. Cit.; p. 106.

⁸ Idem; p. 106-107.

A transformação do meio rural é um processo contínuo, o mesmo sucede, embora com dinâmicas distintas, no tecido social urbano. Ou seja, o rural e o urbano só se distinguem por referência mútua (Figura 2.1 e 2.2) (Baptista, 1993)⁹.

Segundo Varela (1992)¹⁰ o mundo rural da década de 90 encontrava-se em mutação profunda, e a análise da evolução dos últimos trinta anos permitiu destacar um certo número de “tendências de vulto” as quais determinariam igualmente a sua evolução no futuro:

- Uma reestruturação profunda no sector agrícola - visto que entre 1960 e 1975 houve redução na mão-de-obra e todo o processo de produção foi modernizado, com uma certa tendência para a “polarização” estrutural;

- Uma forte diversificação económica - aparecimento de novas actividades, que na maioria das vezes podiam não estar ligadas à produção agrícola.

Com todas estas mutações a agricultura perdeu alguma da sua importância nas regiões rurais, visto que deixa de gerar emprego e de contribuir para a produção do produto regional.



Fig. 2.1- Mapa do povoamento, 2003



Fig. 2.2- Mapa da delimitação da ruralidade, 2003

⁹ BAPTISTA, Fernando Oliveira- Agricultura, Espaço e Sociedade rural, p. 30.

¹⁰ VARELA, J.A.S- A Agricultura e o Espaço Rural- Contributo para a compreensão das suas relações em Portugal, p. 76-77.

Quadro 2 - Distribuição das freguesias por tipologias de áreas urbanas, nas NUTS III.

NUT III		Freguesias		
		APU	AMU	APR
Alto Trás-os-Montes	N.º	11	13	374
	%	2,8	3,3	94,0
Ave	N.º	111	100	32
	%	45,7	41,2	13,2
Cávado	N.º	91	146	28
	%	34,3	55,1	10,6
Minho-Lima	N.º	23	135	132
	%	7,9	46,6	45,5
Douro	N.º	18	65	218
	%	6,0	21,6	72,4
Grande Porto	N.º	112	17	1
	%	86,2	13,1	0,8
Entre Douro e Vouga	N.º	35	30	15
	%	43,8	37,5	18,8
Tâmega	N.º	86	171	64
	%	26,8	53,3	19,9

Segundo o plano regional de ordenamento do território do Norte - PROT-NORTE verifica-se que na região norte existem 864 freguesias predominantemente rurais (24,6%), 677 freguesias mediantemente urbanas (33,4%) e 487 freguesias predominantemente urbanas (42%) (Quadro 2). Na NUT Alto Trás-os-Montes 94% das freguesias são predominantemente rurais. A freguesia de Peredo, local da intervenção é predominantemente rural (Fig. 2.3) (Azevedo et al., 2007)¹¹.

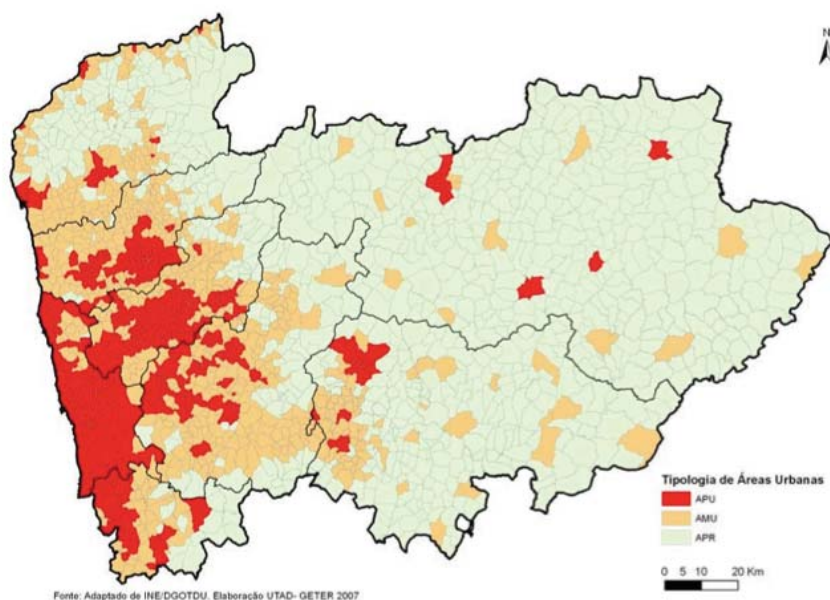


Fig.2.3- Tipologias de áreas urbanas na Região Norte.

¹¹ AZEVEDO, Nuno et al.- Os Espaços Rurais Na Região Norte- PRO-NORTE, p.14.

2.2 Relações urbano-rurais

Ao longo do tempo o espaço rural e o espaço urbano sofreram transformações a vários níveis. Em Portugal, os meios rurais, sobretudo na década de 60, sofrem um acelerado processo de declínio populacional. Estes ficaram associados ao abandono, ao envelhecimento, às fracas oportunidades de emprego bem como a uma oferta escassa na área da educação e de outros serviços. Em contrapartida é nas cidades que as pessoas procuram tudo que falta nestes meios. O êxodo rural reparte-se entre as cidades portuguesas e a emigração. Ou seja, há uma tendência para a urbanização e em contrapartida uma desruralidade da sociedade.

Ultimamente a dicotomia urbano-rural tem vindo a ser substituída pelos novos relacionamentos entre o rural e o urbano, e para tal é necessário estabelecer relações de maior complementaridade e união entre os dois espaços de características tão distintas.

“Historicamente, o mundo rural destaca-se por se organizar em torno de uma tetralogia de aspectos bem conhecida:

-uma função principal: a produção de alimentos;

-uma actividade económica dominante: a agricultura;

-um grupo social de referência: a família camponesa, com modos de vida, valorização e comportamentos próprios;

-um tipo de paisagens que reflete a conquista de equilíbrios entre as características naturais e o tipo de actividades humanas desenvolvidas.”

(Ferrão, 2000)¹²

Este mundo rural secular opõe-se ao mundo urbano, marcado não só por paisagens diferentes, como também por funções, actividades e grupos sociais distintos. Será assim possível campo e cidade serem complementares, espaços marcados pelo equilíbrio e pela harmonia do conjunto, em que ambos sejam alvo de investimento imparcial?

Com a revolução industrial, iniciada no séc. XVII, surge uma nova sociedade urbano-industrial, e como consequência os meios rurais perdem a centralidade económica, social e simbólica. Segundo Ferrão (2000)¹³, estes passam a ser classificados como “realidades arcaicas” enquanto as aglomerações urbano-industriais são vistas como palco, por excelência, de desenvolvimento. Os meios urbanos e os meios rurais sujeitos a estas alterações procuram encontrar novas complementaridades, adaptando-se às diversas circunstâncias.

Nesta época, a produção de bens alimentares servia para abastecer os mercados urbanos. À função de refúgio e segurança que as áreas rurais exerciam em períodos de crise

¹² FERRÃO, João- Relações entre o mundo rural e o mundo urbano: evolução histórica actual e pistas para o futuro, p.46.

¹³ FERRÃO, João; Op. Cit.; p.46.

para as populações citadinas, acrescentava-se uma nova função, que seria a de fornecimento de mão-de-obra desqualificada e barata para as actividades económicas em veloz crescimento nas cidades (Ferrão, 2000)¹⁴. Para além da expansão das infraestruturas e dos equipamentos, a vida dos cidadãos era muito mais rápida nos aglomerados urbanos. Assim sendo, as cidades tornam-se pólos de prestação de serviços pessoais e sociais.

A partir do final da 2ª Guerra Mundial, com a industrialização da agricultura surgem dois tipos de mundos rurais: o mundo rural moderno e o mundo rural tradicional. A modernidade deixa de ser exclusividade dos espaços urbanos. Mesmo assim *“continua a persistir a ideia de que o mundo rural se encontra num processo estrutural de marginalização económica, social e simbólica. Mas a forte mercantilização de produção agrícola em massa vem deslocar a fronteira das grandes oposições, chamando a atenção para o facto de nem todas as áreas rurais estarem condenadas aos processos de agonia do velho mundo tradicional”* (Ferrão, 2000)¹⁵. Nesta nova conjuntura, a relação rural-urbano difere, dando origem a uma participação das áreas urbanas em função da sua proximidade física, funcional e socioeconómica aos principais centros urbanos. As áreas urbanas estabelecem uma relação de complementaridade com as áreas rurais “centrais”, enquanto que as relações com as áreas rurais “marginais” vão desaparecendo (Ferrão, 2000;)¹⁶.

Nos anos 80 observa-se uma nova realidade, em que o mundo rural deixa de ser agrícola. A função principal que antes era a produção de alimentos, como referido anteriormente, pode agora não ser a atividade predominante. *“Esta disjunção entre mundo rural e agricultura é assumida como possível e até desejável, como a política de “set aside”¹⁷ ou a proliferação de parques naturais em áreas anteriormente agricultadas bem o demonstram.”* (Ferrão, 2000;47)¹⁸

Segundo Marques (2003)¹⁹, nos espaços rurais, em termos produtivos, a agricultura continua a ter um importante papel, porém perdeu a sua importância em termos de emprego e de produto interno bruto.

¹⁴ FERRÃO, João- Relações entre o mundo rural e o mundo urbano: evolução histórica actual e pistas para o futuro, p.46.

¹⁵ FERRÃO, João; Op. Cit.; p.47.

¹⁶ Idem; p.47.

¹⁷ *Set aside* foi um regime agrícola adoptado no âmbito da política agrícola comum, introduzido pela União Europeia em 1988 com o intuito de reduzir a produção de terras aráveis (que previa à retirada de 15% de área de produção em explorações que ultrapassavam a produção de 92 toneladas por ano) para evitar o excesso de produção, de forma a haver um reequilíbrio entre a oferta e a procura.

¹⁸ FERRÃO, João- Relações entre o mundo rural e o mundo urbano: evolução histórica actual e pistas para o futuro, p.48.

¹⁹ MARQUES, Teresa Sá- Dinâmicas territoriais e as relações urbano-rurais, p. 512.

O abandono das terras agrícolas pode alterar as paisagens e comprometer a sustentabilidade e os projetos de desenvolvimento local, bem como alterar a relação urbano-rural. Estes espaços tornam-se, por vezes, espaços multifuncionais com valor patrimonial, o que leva a que as relações urbano-rural se alterem.

Em Portugal, o processo de urbanização foi tardio comparativamente com a Europa. Na última década os campos foram territórios de êxodo e de envelhecimento. A população deslocou-se para as áreas urbanas dentro e fora do país à procura de melhores condições.

“A década de 90 foi marcada pela aceleração brutal das aquisições de terrenos nos espaços rurais por não agricultores. Este mercado fundiário foi atraindo cada vez mais cidadãos que procuram no campo um espaço de tranquilidade e de lazer.” (Marques, 2003)²⁰

A compra de alguns destes espaços, muitas vezes representam a oportunidade de negócio no espaço rural (turismo, caça) ou então local para uma residência de uso sazonal. O turismo em espaço rural tornou-se, nos últimos anos, para além de uma actividade geradora de desenvolvimento económico, uma forma de promover o que de melhor os meios rurais têm, tendo como objectivo principal oferecer aos visitantes a oportunidade de conhecer tradições culturais e gastronómicas, bem como todo o património arquitectónico das sociedades rurais.

“Os relacionamentos entre urbano e o rural podem ser abordados segundo diferentes perspectivas, designadamente as seguintes: os movimentos casa-trabalho; os movimentos em direcção à cidade para a satisfação de bens e serviços; os movimentos em direcção aos espaços rurais para o usufruto das amenidades naturais; as redes de articulação e de intercâmbio entre as empresas localizadas nos espaços rurais e nos espaços urbanos (Marques, 2003)²¹.”

²⁰ MARQUES, Teresa Sá- Dinâmicas territoriais e as relações urbano-rurais, p. 510.

²¹ MARQUES, Teresa Sá; Op. Cit.; p. 18.

As cidades médias aparecem como vínculos fundamentais na estruturação territorial, oferecendo bens e serviços aos meios rurais. Porém não é só a população dos meios rurais que procura satisfazer as suas necessidades nos meios urbanos, o contrário também existe, pois há cada vez mais uma procura de espaços - natureza por parte da população dos meios urbanos, que pretendem adquirir nos meios rurais uma vida mais tranquila, perto da natureza, fugindo ao stress e à poluição urbana (Fig. 2.4 e Fig. 2.5).



Fig. 2.4 - Praia fluvial do Azibo²²



Fig. 2.5 - Barragem do Sabor

²² A praia fluvial do Azibo faz parte do património natural e paisagístico do concelho de Macedo de Cavaleiros. Este espaço permite a realização de actividades de carácter desportivo, cultural, ambiental ou de simples lazer.
Em 2012, a praia da ribeira foi eleita uma das 7 Maravilhas - Praias de Portugal.

2.3 O espírito do lugar

Os meios rurais encontram-se carregados de memórias, de tradições, que outrora enchiam as ruas de muitas pessoas e de muita animação. Algumas foram esquecidas, outras ainda permanecem (Fig. 2.6). Em alguns lugares tenta-se recuperar todas estas memórias.



Fig. 2.6 - Caretos de Podence, aldeia de Podence - Macedo de Cavaleiros²³

À medida que a população envelhece, a identidade tende a perder-se. “As transformações recentes dos meios rurais, a crise que os atravessa, a perda de centralidade das actividades agrícolas e os desafios que enfrentam configuram um cenário de mudança identitária desses lugares.” (Peixoto, 2002)²⁴ Torna-se necessário captar novos residentes, visitantes, atividades económicas e mercados externos que absorvam os produtos da economia local. Mas passa também, uma vez que daí depende precisamente, o sucesso desses objetos, pela transformação da identidade simbólica desses locais. “Qualquer artefacto patrimonial necessita para subsistir e perdurar, de ser alvo de uma reinvenção ou de uma reactivação por indivíduos que o produzem no quotidiano”(Peixoto, 2002)²⁵. Torna-se assim necessário, para além de repensar certos espaços e objetos, (atribuindo a estes novas funções), fazer renascer determinadas tradições que outrora enchiam as ruas dos meios rurais de muita vivacidade (Fig. 2.7).

²³ Os Caretos representam imagens diabólicas e misteriosas que saem à rua nas festividades carnavalescas, na aldeia de Podence - Macedo de Cavaleiros. Para os carretos o carnaval é um ritual entre o pagão e o religioso.

“A festa de Podence emerge no domínio dos tempos até às antigas Saturnais Romanas - celebração em honra de Saturno, Deus das sementeiras. Procura-se acalmar a ira dos céus e garantir favores de uma boa colheita.”

²⁴ PEIXOTO, Paulo- Os meios rurais e a descoberta do património, p.13.

²⁵ PEIXOTO, Paulo; Op. Cit.; p.13.



Fig. 2.7 - Ceifa e malha do cereal, aldeia de Morais, Macedo de Cavaleiros, 2015²⁶

Para reinventar os espaços e tradições é necessário ter um conhecimento prévio das características da população dos meios rurais que, muitas vezes, não vêem a mudança como uma viragem positiva. *“As sociedades camponesas tradicionais, sociedades fechadas do ponto de vista estrutural, tudo aponta para uma certa estabilidade do conjunto e a mudança só acontece lentamente”* (Neves,1994)²⁷.

O povo dos meios rurais era um povo enredado nas crenças, na religião popular, e nas lides agrícolas, o que fazia com que a maioria das tradições, e datas festivas estivessem ligadas diretamente à religião e à agricultura. Para além das tradições, as lendas, as crenças e superstições também fazem parte do património imaterial dos meios rurais, que apela à compreensão dos modos de sentir e agir do povo face a factos e acontecimentos inexplicáveis.

“Como convinha à elite que sobre ele pensava, era um povo submisso, camponês de gema, resignado, ocupado nos trabalhos e nos dias, temente aos deuses e à Natureza que com eles se confundia, ensimesmados nas suas coisas de conservador legado da tradição, de guardar os bens preciosos do chão, o espírito da pátria e dos egrégios avós; conservava, simultaneamente, brutezas e imaginários sublimes.” (Domingues, 2011)²⁸

²⁶ O reviver e recriar de uma tradição agrícola. Aqui a ceifa e a malha do trigo, não são como nos tempos de outrora, tendo alguns aspectos mudado, de forma a adaptarem-se aos tempos modernos.

²⁷ NEVES, João Dias- Do Rural ao Urbano: Que Espaços?, p.40.

²⁸ DOMINGUES, Álvaro- Vida no Campo, p.18.

3

ARQUITECTURA POPULAR PORTUGUESA

3.1 A casa popular portuguesa e tipo de povoamento

A casa popular torna-se o elemento mais significativo da paisagem trabalhada pelo homem. As construções tradicionais representam as relações do Homem com a Natureza - adaptação da obra ao meio e aos recursos naturais disponíveis, em que as atividades agrícolas e pastoris tinham um peso importante na construção destas (Fig. 3.1).

A casa popular dos meios rurais difere de região para região (Fig. 3.2), assim sendo, de forma generalizada podemos dividir Portugal continental em 6 zonas: Minho, Trás-os-Montes, Beiras, Estremadura, Alentejo e Algarve (Amaral et al., 1988)²⁹. Neste capítulo apenas será estudada a casa de habitação de Trás-os-Montes.



Fig.3.1 - Conjunto de três casas populares, Peredo³⁰

²⁹ AMARAL, Francisco K. et al.- Arquitectura Popular em Portugal, p.6.

²⁸ Fachada posterior de três casas, onde antigamente passava um ribeiro. Este tipo de condição natural é propício para o aparecimento da casa, pois a água da ribeira era necessária para o dia a dia dos agricultores, e dos seus animais e para as lides domésticas.

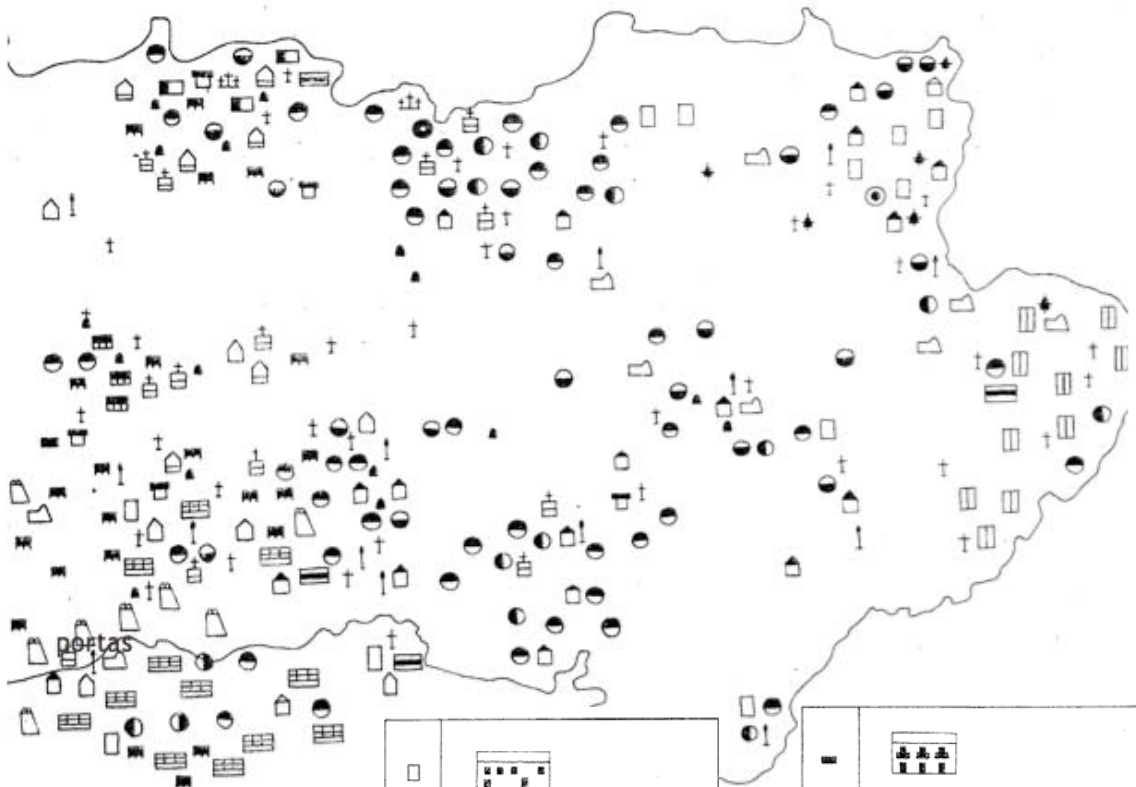


Fig. 3.2 - Mapa tipológico e respectiva legenda

		<i>Casa de 2 pisos</i>			<i>Varanda -de procissão-</i>
		<i>Casa de 2 pisos c/escada saliente</i>			<i>Varanda entvidrada</i>
		<i>Casa c/escada saliente e alpendre</i>			<i>Chaminé c/gárgula</i>
		<i>Casas típicas da Sub-região B (Zona 3)</i>			<i>Forno corornado por parede exterior</i>
		<i>Varanda saliente</i>			<i>Porta carral</i>
		<i>Idem, c/escada</i>			<i>Capela de alpendre</i>
		<i>Varanda recuada</i>			<i>Espigueiro</i>
		<i>Idem, c/tepos fechados</i>			<i>Sequeiro</i>
		<i>Idem, c/tepos fechados</i>			<i>Forno colectivo</i>
		<i>2.º piso avançado</i>			<i>Alpendre de feira</i>
		<i>Varanda c/colunas de pedra</i>			<i>Pelourinho</i>
		<i>Varanda c/colunas de pedra</i>			<i>Alminhas</i>
		<i>Varanda c/colunas de pedra</i>			<i>Cruzeiro</i>

Em suma, toda a diversidade que se encontra na casa popular (Fig. 3.3) depende de vários factores que se combinam e interagem das mais diversas formas (Martins, 2010)³¹:

- pelos diferentes materiais disponíveis localmente e pelas particularidades geológicas;
- pelo relevo e clima;
- pelas atividades da população;
- pelo tipo de povoamento.



Fig. 3.3 - Casa popular, aldeia de Chacim, Macedo de Cavaleiros

3.1.1 Geologia e estrutura

O território português, do ponto de vista estrutural, é formado por três grandes unidades sendo elas representadas pelo Maciço Antigo, pelas Orlas sedimentares ocidental e meridional e as bacias do Tejo e do Sado (Moutinho, 1979)³². Estas unidades possuem características diversas e são formadas por diferentes tipos de rochas que se repartem por todo o território. O maciço antigo é a unidade mais extensa e antiga do território, ocupa cerca de sete décimos deste, e é formado por rochas metamórficas, eruptivas e sedimentares. Destas formações fazem parte rochas do tipo: gnaisses, micaxistos, quartzitos, calcários metamórficos, existentes na zona de Trás-os-Montes e Alentejo. Para além destas, há outros tipos, como os granitos e os dioritos, encontradas entre o rio Tejo e a Serra da Estrela e no vale do Douro. Uma outra parte do território pertence às orlas sedimentares que

³¹ MARTINS, Nuno Miguel Fonseca- Reabilitação de Edifícios Para Turismo Rural, Estudo de Casos de Sucesso, p. 29.

³²MOUTINHO, Mário;- A Arquitectura Popular Portuguesa, p.12.

se situam abaixo do vale inferior do Douro até ao centro do país (Moutinho, 1979)³³. Esta diversidade rochosa influencia como afirma Moutinho, a arquitetura.

“A diferentes tipo de rochas, correspondem naturalmente formas de relevo e modelados diversos, bem como tipos de ocupação humana e consequentemente tipos de arquitectura distintos.” (Moutinho, 1979)³⁴

Trás-os-Montes, território pertencente ao maciço antigo, é constituído por terrenos graníticos. E é também uma zona de afloramentos de xisto, o que faz com que a casa rural transmontana seja construída em granito, xisto ou ambos, dependendo da rocha existente na região em que se insere.

“O território de Macedo de Cavaleiros faz parte da Meseta Ibérica e, por isso, os terrenos arcaicos estão na base da sua estrutura.” São as formações xistosas que predominam nesta região. Também se encontra na área do concelho consideráveis manchas graníticas, nomeadamente na Serra de Bornes e de Nogueira e em algumas freguesias (Cortiços e Lamalonga). Existem ainda, formações calcárias, no curso médio do rio Azibo (Pires, 1993)³⁵.

3.1.2 Relevo e clima

O relevo torna-se um fator importante na distribuição da população, pois a desigualdade na repartição do relevo em todo o território português (Fig. 3.3) obriga a uma distribuição diferenciada das populações, bem como à diferenciação de modos de vida, assentes essencialmente nas actividades do sector primário. O tipo de agricultura está diretamente ligado à morfologia do território (Moutinho, 1979)³⁶.

Porém não é apenas o tipo de relevo que condiciona diferentes os tipos de atividade humana, pois o clima também é um factor a ter em conta, visto que leva a que haja um desigual revestimento vegetal (Moutinho,1979)³⁷. As diferenças de temperatura ao longo de todo o ano, de norte a sul do país influencia o tipo de produções e construções.

O relevo, o clima, toda a diversidade física, o revestimento vegetal e a própria actividade humana sugere a divisão do território em regiões (Minho, Alto Douro, Trás-os-Montes, as Beira, o Alentejo e o Algarve (Moutinho,1979)³⁸.

³³ MOUTINHO, Mário- A Arquitectura Popular Portuguesa, p.12-13.

³⁴ MOUTINHO, Mário; Op. Cit.; p.13.

³⁵ PIRES, Armando- O Concelho de Macedo de Cavaleiros, p.61.

³⁶ MOUTINHO, Mário- A Arquitectura Popular Portuguesa, p.16.

³⁷ MOUTINHO, Mário; Op. Cit.; p.18.

³⁸ Idem; p.35.

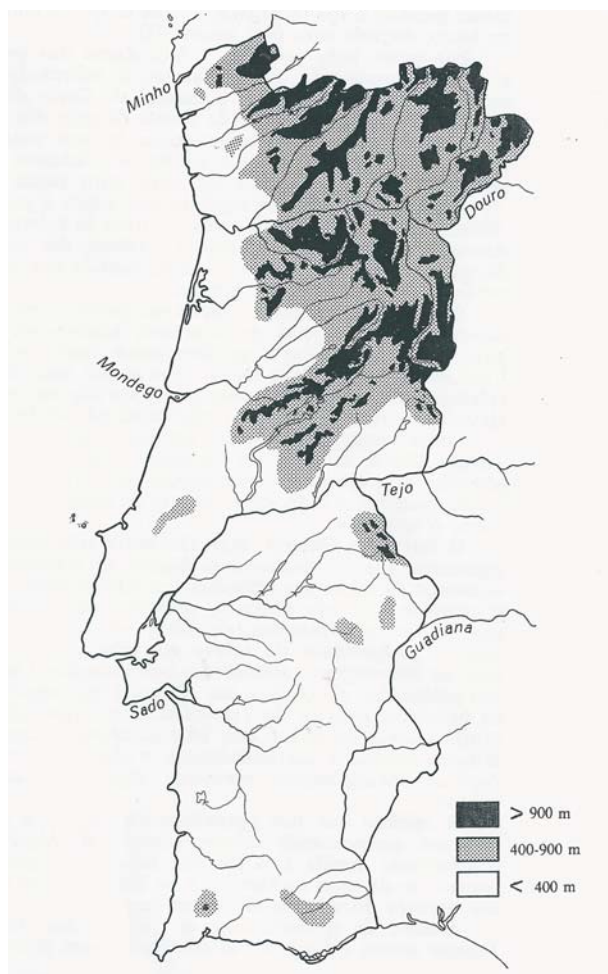


Fig. 3.4 - Mapa caracterizador do relevo

Em relação ao concelho de Macedo de Cavaleiros o território é um extenso planalto, com 600 a 700 metros de altitude, debruado a norte e a sul por linhas de relevo que ultrapassam os 1200 metros.

“A montanha e a planície enfrentam-se, em violento e majestoso contraste; mas, não obstante o predomínio de terras baixas as serranias periféricas são factor de fundamental importância na morfologia do termo: delas se desprende todo o relevo secundário que o anima; as suas vertentes determinam as bacias hidrográficas; a sua orientação e altitude exercem acentuada influência sobre o clima e por isso, sobre a vida (Pires, 1993)³⁹.”

3.1.3 Atividades das populações

Há algumas décadas atrás a agricultura era uma das atividades mais importantes, não pelo índice de produtividade mas sobretudo pela mão-de-obra empregada (Fig. 3.4). Em 1900, o sector primário empregava 65,5 % da população, cabendo respetivamente ao sector secundário e terciário 19,6% e 15,4% (Moutinho, 1979)⁴⁰, sendo que em 1970, cerca de 32,6 % da população (continente e ilhas) ativa estava empregue no sector primário, 33,3 % no sector secundário e 34,1 % no sector terciário (Moutinho, 1979)⁴¹.

Na atualidade, a atividade agrícola perdeu alguma importância na economia do país. O tipo de agricultura variava de norte a sul do país e comprometia o crescimento e riqueza dos meios rurais. De uma forma sintetizada em Trás-os-Montes e na Beira baixa cultivava-se o centeio (produto de uma economia mais pobre). Nas terras húmidas no Noroeste, devido a maior fertilidade e humidade dos solos, o milho era o produto de excelência.

³⁹ PIRES, Armando- O concelho de Macedo de Cavaleiros, p.61.

⁴⁰ MOUTINHO, Mário- A Arquitectura Popular Portuguesa, p.27.

⁴¹ MOUTINHO, Mário; Op. Cit.; p. 27.

A sul do Tejo a economia agrária assenta na cultura extensiva do trigo, e na criação de gado (Moutinho, 1979)⁴².



Fig. 3.5 - Embraçar cebolas, 1896 - José Malhoa⁴³

3.1.4 Formas de povoamento

Existe um evidente contraste na distribuição da população em todo território. Em Trás-os-Montes e Alto Douro o tipo de povoamento predominante é o aglomerado (Fig. 3.5). Já na área costeira a população vai dispersando de Sul para Norte.

Na região de Trás-os-Montes as populações aglomeram-se em aldeias de grandes dimensões, procurando assim ultrapassar as dificuldades impostas pela natureza. A exploração rural era por vezes trabalhada colectivamente, como por exemplo a guarda de rebanhos ou o uso do forno de cozer pão (Moutinho, 1979)⁴⁴.

No concelho de Macedo de Cavaleiros o aglomerado é o tipo dominante de povoamento (Pires, 1993)⁴⁵.

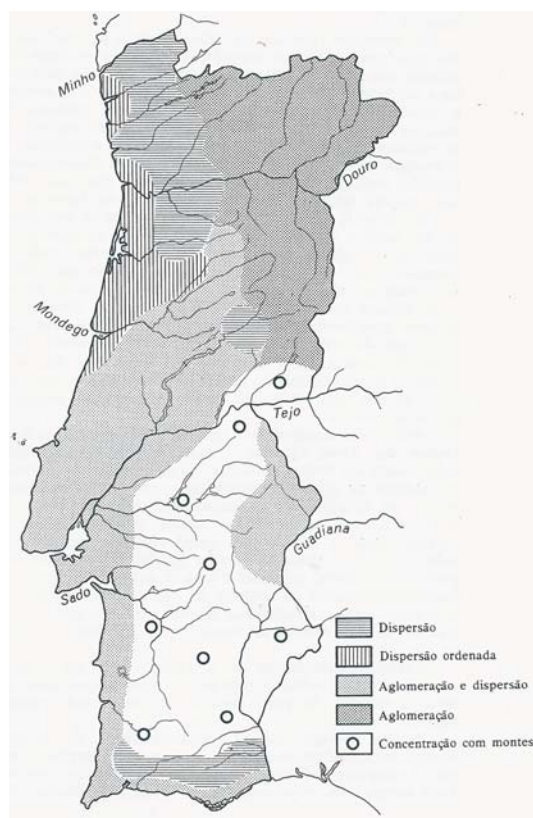


Fig. 3.6 - Mapa do tipo de povoamento

⁴² MOUTINHO, Mário- A Arquitectura Popular Portuguesa, p.29.

⁴³ O pintor José Malhoa retrata em nos seus quadros o pais rural, costumes e tradições das gentes simples do povo.

⁴⁴ MOUTINHO, Mário- A Arquitectura Popular Portuguesa, p.26

⁴⁵ PIRES, Armando- O Concelho de Macedo de Cavaleiros, p. 70.

Assim sendo, para além de análise dos diversos tipos de habitação é necessário ainda entender as diferentes formas como se organizam as povoações em que se inserem. Segundo Oliveira e Galhardo, existem três tipos de povoações (Oliveira e Galhardo apud Martins, 2010)⁴⁶:

1 - As povoações de montanha (Fig. 3.7), devido a localização geomorfológica condiciona a estrutura da aldeia, pelo relevo mais acentuado e o clima agreste. Estas condicionantes leva a que as construções se localizem muito próximas umas das outras, de forma a se protegerem do rigoroso inverno serrano. As ruas e as praças detêm dimensões reduzidas. Por vezes, de forma a ajustar as vias ao terreno era necessário assumirem forma de escadaria de modo a vencerem declives acentuados (Martins, 2010)⁴⁷.

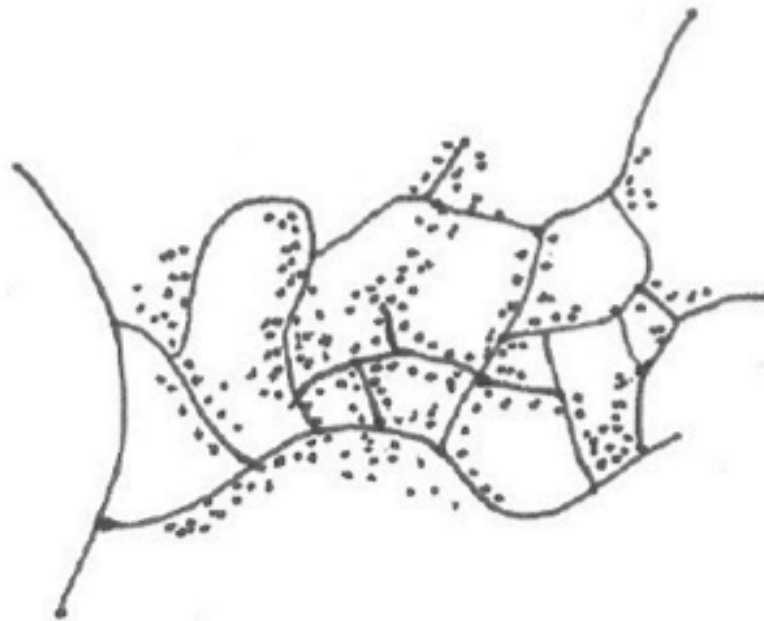


Fig. 3.7 - Esquema de povoações localizadas em montanha

⁴⁶ MARTINS, Nuno- Reabilitação de edifícios para turismo rural: estudo de casos de sucesso, p. 19.

⁴⁷ MARTINS, Nuno; Op. Cit.; p.20.

2 - As povoações localizadas em cristas montanhosas (Fig. 3.8) caracterizam-se por usufruir de uma rua principal que segue a direção de talvegue principal. É nesta rua que maioria das habitações se localizam e se encontram os principais espaços públicos. A partir da via principal surgem todas as outras, de menor importância (Martins, 2010)⁴⁸.



Fig. 3.8 - Esquema de povoações localizadas em cristas montanhosas

3 - As povoações localizadas em planícies (Fig. 3.9), onde a existência de um relevo pouco exigente, permite uma área de ocupação mais vasta e casas afastadas entre si, bem como ruas mais largas e espaços públicos de maiores dimensões (Martins, 2010)⁴⁹.

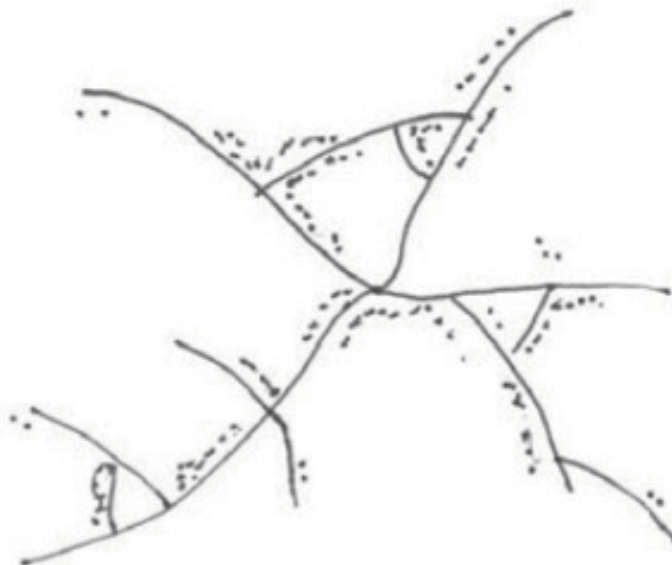


Fig.3.9 - Esquema de povoações localizadas em planícies

⁴⁸ MARTINS, Nuno- Reabilitação de edifícios para turismo rural: estudo de casos de sucesso, p. 20.

⁴⁹ MARTINS, Nuno; Op. Cit.; p.20.

3.2 Tipo de Povoamento das aldeias transmontanas

São as condições naturais que, essencialmente, determinam o tipo de povoamento. *“Defendendo-se da solitude que lhe é imposta pelas barreiras montanhosas e pela excessividade do clima, o transmontano tende, naturalmente a congregar-se. O aglomerado é por isso, o tipo dominante de povoamento”* (Pires,1993)⁵⁰. Ou seja, as condições naturais facilitaram o aparecimento da casa, apenas como local de abrigo, sem outro tipo de exigências. Antigamente, a casa rural era única e simplesmente pensada de forma a satisfazer, simultaneamente, as necessidades de habitação e as da exploração agrícola.

As aldeias dispersam-se pelo território, mantendo um grande distanciamento entre si. Na generalidade, são simples amontoados de casas, onde as pessoas e os animais se encontravam no mesmo espaço.

No concelho de Macedo de Cavaleiros, a tendência para o agrupamento atenua-se sobretudo na parte Sul, mais benigna no clima e mais rica no solo. Começam ainda a aparecer vestígios de dispersão, quintas e casas de campo (Pires,1993)⁵¹. Para além da natureza ser um fator importante na construção da casa popular outras razões eram tidas em consideração tais como: a topografia, a exposição e a facilidade de acesso (Pires, 1993)⁵².

Geralmente, no centro, de cada povoamento encontra-se a igreja, à sua frente um recinto, onde normalmente, convergem os arruamentos principais (ponto de reunião da população) (Pires, 1993)⁵³.

Nas últimas décadas, devido a vários fatores, surge o abandono da produção agrícola e dos campos, o desaparecimento de certos estilos de vida, saberes, práticas culturais, hábitos, crenças, tradições, e construções - o despovoamento tirou alguma identidade aos locais.

⁵⁰ PIRES, Armando- O concelho de Macedo de Cavaleiros, p. 79.

⁵¹PIRES, Armando- O concelho de Macedo de Cavaleiros, p. 79.

⁵² PIRES, Armando; Op. Cit.; p.79.

⁵³ Idem; p.80.

3.3 A casa transmontana

“Por casa, entende-se um espaço fechado onde o frio e a chuva se imiscuem com maior ou menor dificuldade, mas que é, afinal, o último reduto da vida do individuo. Normalmente na penumbra, com uma, duas ou três pequenas entradas de luz, que chega para fazer outros tantos buracos claros recortados no chão negro, às vezes com tabiques precariamente dispostos, sempre mostrando uma coleção heterogénea de pertences, estes espaços, que circunscrevem a vida em resguardo, apresentam valores tão válidos como as das nossas casas, ou mais, somente com a diferença de que, a par de um espaço de penúria extrema, existe uma sobrevalorização proveniente do ar pessoal com que as coisas parecem feitas, pousadas e utilizadas.” (Amaral et al., 1988)⁵⁴

A casa transmontana primitiva, segundo Pires, era térrea, e disponha apenas de um único compartimento, com uma única porta, tal como refere *“Num canto acendia-se o lume, noutra dormia a família, noutra salgava-se o porco (Pires, 1986)⁵⁵.”*

Desde muito cedo que o homem se rodeou de animais, e por isso, mais tarde, leva a necessidade de criar um espaço próprio para a criação destes. O homem transmontano, sendo basicamente rural e pastoril, passa a construir a sua habitação com dois pisos (Pires, 1986)⁵⁶ (Figura 3.9), em que o rés-do-chão destinava-se ao alojamento dos animais, a celeiros, adegas e arrecadações de utensílios agrícolas e o piso superior a habitação.

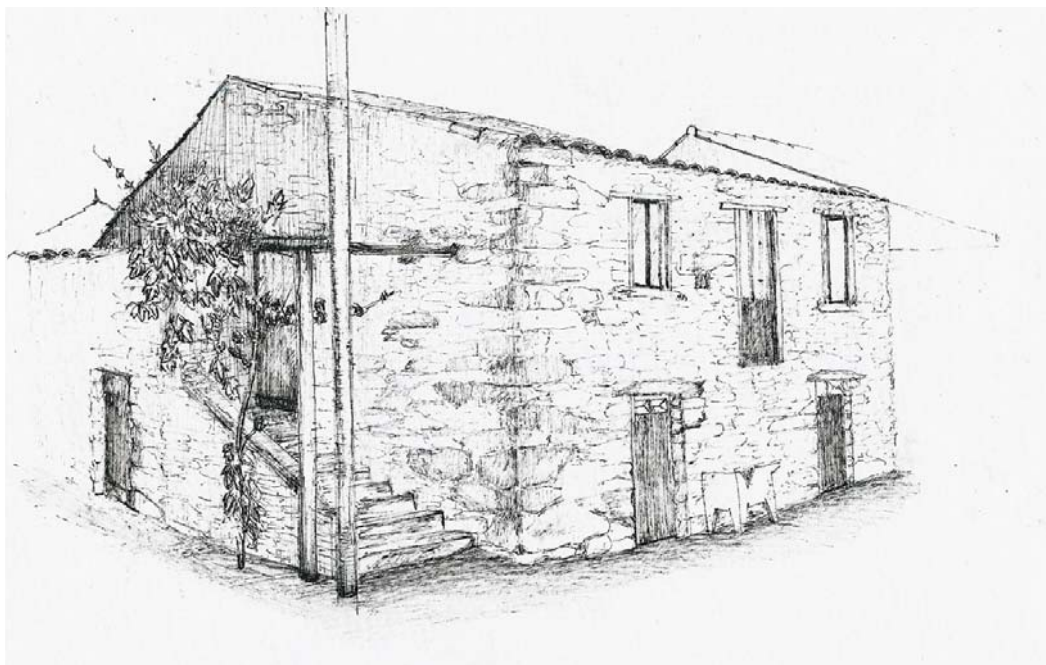


Fig.3.10 - Casa popular de dois pisos, Peredo

⁵⁴ AMARAL, Francisco K. et al.- Arquitectura Popular em Portugal, p.132.

⁵⁵ PIRES, Silvério B.- A Casa Transmontana, p. 9.

⁵⁶ PIRES, Silvério B.; Op. Cit.; p. 10.

O acesso ao primeiro piso faz-se, por uma escada exterior de pedra rodeada por um corrimão, geralmente, com ligação direta a uma varanda (Fig.3.10). Esta era de madeira, cercada também de um corrimão, ou por vezes por uma guarda igualmente em madeira e situada geralmente a sul ou a nascente, que ajudava a proteger a habitação dos ventos fortes do inverno, bem como do calor do verão. Este espaço servia ainda para secar a roupa, bem como para “*cear ao fresco e descansar a sexta*” nas noites de verão. O espaço debaixo das escadas era destinado para o galinheiro (Pires,1986)⁵⁷.

À volta da casa estava o cabanal onde se guardava a lenha e as alfaias agrícolas. As construções variavam na configuração e na distribuição dos diversos serviços, conforme as condições de vizinhança, o terreno disponível e a posição à via pública.



Fig. 3.11 - Casa popular, Peredo

A organização interior das habitações era um pouco indefinida, e sem muitos elementos decorativos, mostrando a pouca preocupação em diferenciar as dependências por funções, pois, em qualquer canto se podia encontrar uma cama, arca, cadeira, toscos armários (Amaral et al., 1988)⁵⁸. A habitação era um elemento secundário na exploração dos campos. O que tinha realmente valor eram as terras. A cozinha era o centro da vida familiar (Fig. 3.11), o lugar de convívio, em que a lareira ladeada de escanos tornou-se o elemento mais importante do espaço (Fig. 3.12).

⁵⁷ PIRES, Silvério B.- A Casa Transmontana, p. 12.

⁵⁸ AMARAL, Francisco K. et al.- Arquitectura Popular em Portugal, p.143.

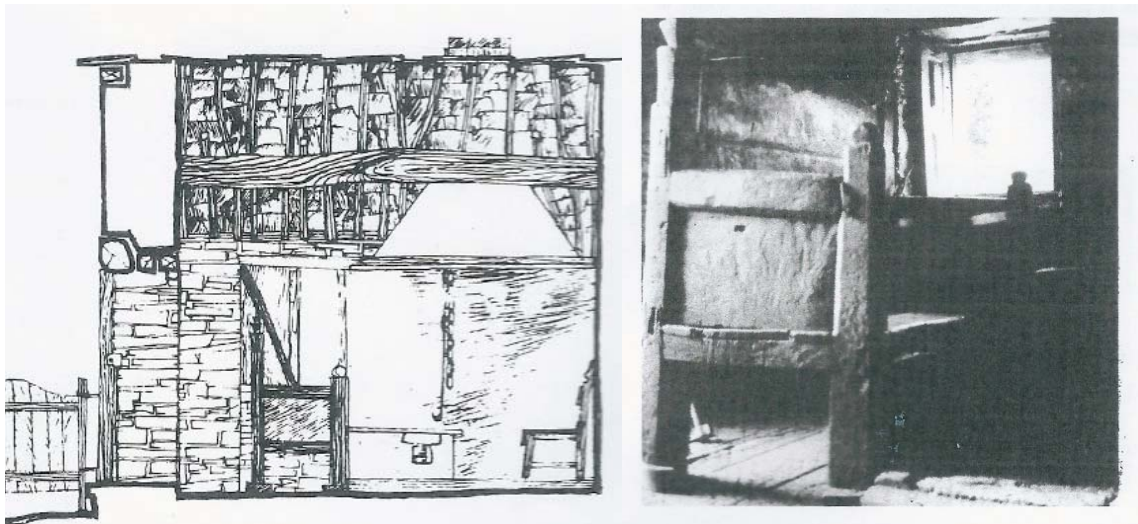


Fig. 3.12 - Corte de uma cozinha, Rio de Onor

Fig. 3.13 - Um escano, Rio de Onor

Em relação aos materiais de construção a região é geologicamente dominada por xistos, e salpicos de pequenas ilhas de afloração granítica, assim sendo, os materiais utilizados são o granito que raramente é aparelhado e o xisto empregado sem argamassa ou reboco. O telhado é de duas ou quatro águas e geralmente coberto por telha canudo. Toda a estrutura é em madeira tal como as portas e janelas (Fig. 3.13 e 3.14). O pavimento era em soalho e na zona da lareira era colocado sobre este uma pedra.



Fig. 3.14 - Varanda em madeira, Peredo

Fig. 3.15 - Porta de adega em madeira, Peredo

Nos últimos anos, os meios rurais têm vindo a sofrer alterações. Algumas habitações mantêm-se com as mesmas características referidas anteriormente, porém nem todas as funções se mantêm. Agora, o rés-do-chão por questões de saúde pública deixou de ser o local para os animais, transformando-se apenas em adegas, ou garagens. As novas construções, na generalidade, têm vindo a distanciar-se das construções típicas. Nestas o bem-estar surge em primeiro plano. A criação de animais e a agricultura, ainda existe em algumas famílias transmontanas, mas em menor escala e para consumo próprio.

A casa transmontana é o reflexo dos meios rurais, e embora se distancie em parte do edifício público a reabilitar, é de igual forma importante o estudo desta, visto que faz parte da identidade destes meios e permite compreender de que forma é que são usados os materiais locais.

O edifício da Junta de Freguesia de Peredo, que outrora foi uma escola primária, tem mais de 90 anos e possui o mesmo tipo de construção destas casas habitacionais e para além de também ter dois pisos, os materiais e a mão-de-obra utilizada é local. Porém possui uma fachada mais ornamentada e o interior está organizado de forma diferente, visto ser um edifício público. Localiza-se ao lado de uma linha de água, ou seja, tal como nas construções populares, as condições naturais também foram importantes para a construção desta escola.

Enquanto escola primária o edifício possuía duas habitações, uma para o professor e outra para professora, e nestes espaços os compartimentos são de dimensões reduzidas como já acontecia nos outros tipos de habitações populares. A única diferença é que tem um pé direito muito superior. Em relação aos materiais, toda a estrutura é de madeira, os pavimentos em soalho, e as paredes exteriores em pedra, com acabamento em reboco. As paredes interiores são em tabique. As caixilharias eram todas em madeira com uma moldura em granito.

Em suma, embora o edifício tenha tido diferentes tipos de usos (públicos), são muitas as semelhanças intrínsecas a arquitectura popular. Para perceber os meios rurais é necessário compreender toda a envolvente, o tipo de povoamento e de que forma isso influencia no tipo de arquitectura.

4

REABILITAÇÃO

4.1 Abordagem à Reabilitação

Desde há muitos séculos que existe uma preocupação com a preservação do património arquitetónico. Na passagem da Antiguidade Clássica para Idade Média, por exemplo, viveu-se um período conturbado, marcado por importantes ruturas históricas. Nesta altura desencadearam-se importantes fenómenos de reutilização de monumentos. As características patentes nestes, tais como a altura e a qualidade estrutural, induziu ao seu reaproveitamento para fins militares e/ou religiosos. Dos monumentos, tiraram o melhor partido, por vezes foram necessárias ampliações e algumas destruições, mas sem provocar um profundo reordenamento estrutural (Aguiar et al., 2002)⁵⁹.

Durante o renascimento surgem as primeiras medidas regulamentares criadas por entidades públicas, com vista à preservação dos monumentos. Mais tarde, em Roma, no século XVII, emergem também as primeiras atitudes “científicas” de restauro. Na Suécia, em 1666 é publicada uma primeira lei de proteção de monumentos. Nesta época as intervenções sobre os monumentos são diferentes das da época medieval. Há uma visão mais global e profunda. Ao antigo adicionam-se por vezes novas estruturas modernas, com grande sentido de unidade espacial (Aguiar et al., 2002)⁶⁰.

No século XIX amplia-se notavelmente o conceito de património, passando a incorporar nesse conceito a herança deixada pela Idade Média. As escolas, universidades, hospitais ou quartéis foram inseridos no património e alterados para a sua reutilização (Aguiar et al., 2002)⁶¹. Ainda neste século foram introduzidas atitudes excessivamente puristas e redutoras na prática do restauro. O património monumental “era desnudado de acrescentos mais recentes até se encontrar uma pretensa “traça primitiva”, fazendo-os recuar até um hipotético monumento áureo da sua história.”, como por exemplo o caso do Palácio da Vila em Sintra (Aguiar et al., 2002)⁶².

Em Antenas, em 1931 é publicada a chamada “Carta de Antenas do Restauro”, resultante da conferência promovida pelo Conselho Internacional dos Museus. “Constitui um dos primeiros documentos traduzidos em cartas de intenções - com espírito e âmbito

⁵⁹ AGUIAR, José; APPLETON, João; CABRITA, António R.- Guião de apoio à reabilitação de edifícios habitacionais, p.5.

⁶⁰ AGUIAR, José; APPLETON, João; CABRITA, António R.; Op. Cit.; p. 5-6.

⁶¹ Idem; p. 6.

⁶² Ibidem; p. 6.

internacionalista - em prol da defesa, conservação e restauro do património edificado” (Aguiar et al., 2002)⁶³.

No século XX, depois de o período “pós-guerra” foi necessário a reconstrução de grandes áreas em muitas cidades europeias, havendo a necessidade de novas habitações. Para tal, privilegiou-se a rápida urbanização de novas áreas e a demolição das áreas semidestruídas. Este processo baseava-se na substituição do velho pelo novo - demolição e consequente reconstrução (Aguiar et al., 2002)⁶⁴.

Atualmente a recuperação/reaproveitamento/reabilitação abrange vários tipos de edificados, não só de carácter monumental e publico, como também casas habitacionais. São vários os aspetos a ter em atenção, pois a reabilitação do património arquitetónico implica algumas escolhas, sendo necessário ter um conhecimento rigoroso do existente e do seu estado de conservação-inventário (Neves,2008)⁶⁵.

4.2 Definição do conceito e valor do edificado

O termo “reabilitação” designa toda uma série de ações empreendidas, que asseguram a preservação para o futuro de: edifícios, bens culturais, recursos naturais, energia ou outra fonte de conhecimento com valor (Costa et al., 2011)⁶⁶. A reabilitação tem como objetivo primordial resolver as deficiências e as anomalias construtivas, ambientais e funcionais, acumuladas ao longo dos anos, projetando ao mesmo tempo uma modernização e uma beneficiação geral do imóvel. Todas as intervenções devem respeitar e integrar as características tipológicas e morfológicas que estão patentes à arquitetura do lugar.

Atualmente a reabilitação de edifícios é reconhecida como uma necessidade nacional, que muitas vezes permite: o desenvolvimento económico; a defesa/salvaguarda de bens culturais e patrimoniais; a melhoria das condições de vida e de consumos energéticos e dinamização social (Costa et al., 2011)⁶⁷.

Com a presente proposta de reabilitação da Junta de Freguesia de Peredo pretende-se que seja um dos meios dinamizadores do meio em que se insere, bem como resolver algumas deficiências funcionais, dadas as novas exigências, visto que os diferentes espaços devem ser repensados de forma a responder as necessidades da população, como por exemplo a criação de um sala polivalente que tanto poderá servir como um salão de festas como um espaço para a realização de outros eventos.

⁶³ AGUIAR, José; APPLETON, João; CABRITA, António R. - Guião de apoio à reabilitação de edifícios habitacionais, p.7.

⁶⁴ AGUIAR, José; APPLETON, João; CABRITA, António R.; Op. Cit.; p. 8.

⁶⁵ NEVES, Edgar- Recuperar, p.10.

⁶⁶ COSTA, Aníbal; TAVARES, Alice; VARUM, Humberto - Manual de Reabilitação e Manutenção de Edifícios. Guia de intervenção, p.5.

⁶⁷ COSTA, Aníbal; TAVARES, Alice; VARUM, Humberto; Op. Cit.; p. 3.

São vários os níveis de valor patentes no edificado antigo que se podem enquadrar em três grandes vertentes (Earl apud Costa et al., 2011)⁶⁸:

- “**Valores Culturais** - que integram valores documentais, valores históricos, valores arqueológicos ou de antiguidade, valores estéticos, valores arquitectónicos, valores do lugar, valores paisagísticos ou ecológicos, valores tecnológicos ou científicos;”
- “**Valores Emocionais** - que integram valores associados à identidade, continuidade de leitura histórica, respeito ou veneração/reconhecimento, factores simbólicos ou espirituais;”
- “**Valores de Uso** - que integram valores funcionais, valores económicos (incluindo os de natureza turística), valores sociais (interligados com os de identidade e continuidade).”

4.3 Níveis de reabilitação

Os edifícios encontram-se em diferentes estados de conservação, e assim sendo é necessário estabelecer o nível de reabilitação. Esta classificação possibilita a melhoria e a gestão do processo de reabilitação, visto que assim é possível prever o grau de profundidade das intervenções de recuperação/beneficiação a desenvolver e adquirir uma ideia geral quanto ao tipo, formas e meios de atuação de reparação (Aguiar et al., 2002)⁶⁹. Todo este processo permite estabelecer critérios e criar instrumentos gerais de gestão técnica e financeira. Posto isto, existe quatro níveis de reabilitação:

a) Nível 1: Reabilitação ligeira

Neste nível inserem-se as pequenas recuperações e beneficiação das instalações e equipamentos já existentes nos fogos, principalmente na casa de banho e cozinha, tais como:

-“a melhoria das condições interiores de iluminação, ventilação e exaustão”;

-“a limpeza e recuperação geral das coberturas, a recuperação de elementos dos sistemas de condução de águas pluviais e dos esgotos, a substituição de telha”;

⁶⁸ COSTA, Aníbal; TAVARES, Alice; VARUM, Humberto - Manual de Reabilitação e Manutenção de Edifícios. Guia de intervenção, p.9.

⁶⁹ AGUIAR, José; APPLETON, João; CABRITA, António R. - Guião de apoio à reabilitação de edifícios habitacionais, p. 122.

-“a recuperação de pontuais anomalias nos rebocos, assim como a pintura do interior e do exterior dos edifícios”;

-“a recuperação das caixilharias existentes, a recuperação e substituição dos elementos metálicos afectados pela corrosão, a limpeza generalizada dos esconsos e caixas de ar no piso térreo, quando existam”;

-“eventualmente a beneficiação geral das instalações e de iluminação artificial existente.”(Aguiar et al., 2002)⁷⁰

b) Nível 2: Reabilitação média:

Para além dos elementos recuperados, já mencionados no nível anterior, este segundo grau de atuação compreende o seguinte:

-“a recuperação ou a substituição parcial de elementos de carpintaria (das caixilharias, dos elementos das escadas, ou de soalhos e tectos)”;

-“recuperação e eventual reforço de alguns elementos estruturais, geralmente lajes dos pisos e das estruturas da cobertura”;

-“a recuperação generalizada dos revestimentos dos paramentos interiores e exteriores e na cobertura”;

-“a introdução de uma nova instalação eléctrica”;

-“a beneficiação das partes comuns do edifício”;

-“a realização de ligeiras alterações nas formas existentes de organização do espaço “;

-“a melhoria das condições funcionais e ambientais dos espaços em geral e também dos equipamentos existentes, por exemplo, reestruturando as cozinhas e as instalações sanitárias.” (Aguiar et al., 2002)⁷¹

⁷⁰ AGUIAR, José; APPLETON, João; CABRITA, António R. - Guião de apoio à reabilitação de edifícios habitacionais, p. 122-123.

⁷¹ A AGUIAR, José; APPLETON, João; CABRITA, António R.; Op. Cit.; p. 124-125.

c) Nível 3: Reabilitação profunda

Este nível de intervenções implica demolição e reconstrução significativas, de uma forma geral, compreende as seguintes intervenções:

- “a necessidade de desenvolver profundas alterações na distribuição e organização interior dos espaços nos edifícios, podendo proceder-se ao aumento ou diminuição do número total de habitações através de alterações tipológicas”;

- “nos alojamentos poderá ser necessário a introdução ou adaptação de espaços para criar instalações e equipamentos em falta, como seja a introdução de instalações sanitárias, a reorganização funcional das cozinhas, etc.”

Sob o ponto de vista arquitetónico, nada impede uma clara expressão de contemporaneidade, havendo uma relação entre as partes antigas e as partes novas do edifício (Aguiar et al., 2002)⁷².

d) Nível 4: Reabilitação excecional

Este nível de intervenção ultrapassará muito provavelmente, em tipo de obras de recuperação e beneficiação, os exemplos atrás antes citados. Nestes casos, este grau de intervenção pode obrigar:

- “ao recurso pontual a tecnologia de restauro para intervenções na envolvente do edifício, ou mesmo de partes do seu interior, quando o valor patrimonial do imóvel o justifique”;

- “à total reconstrução de edifício, fundamentada pelo valor do seu contributo para a imagem do lugar, podendo incluir a modernização parcial de algumas partes de construção, instalações e equipamentos”;

- “à reabilitação dos edifícios para standards elevados e muito superior ao pré-existente.” (Aguiar et al., 2002)⁷³

⁷² AGUIAR, José; APPLETON, João; CABRITA, António R. - Guião de apoio à reabilitação de edifícios habitacionais, p. 125-126.

⁷³ A AGUIAR, José; APPLETON, João; CABRITA, António R.; Op. Cit.; p. 126-127.

Perante o exposto considera-se que o edifício da Junta de Freguesia de Peredo está inserido no nível 2 (Reabilitação média) onde se propõe:

- a melhoria das condições interiores de iluminação e ventilação;
- a recuperação de parte da cobertura e substituição de alguns elementos;
- a recuperação de alguns rebocos, assim como a pintura do edifício ;
- a recuperação das duas portas de acesso à habitação;
- a recuperação e por vezes substituição de alguns elementos de carpintaria (elementos das escadas e soalhos) (Fig. 4.1);
- a introdução de uma nova instalação elétrica;
- a beneficiação de partes comuns do edifício
- a realização de ligeiras alterações nas formas existentes de organização do espaço
- a melhoria das condições funcionais e ambientais dos espaços, (reestruturação principalmente dos espaços públicos).

Porém no que diz respeito a parte pública do edifício foi necessário intervir de forma mais profunda, nível 3:

- houve a necessidade de criar novos espaços e alterar os já existentes (grande parte da organização de interiores foi modificada).
- as fachadas, sobretudo a fachada sudoeste (Fig.4.2), sofreram algumas alterações, havendo uma relação entre as partes antigas e novas do edifício.



Fig. 4.1 - Corrimão e balaústres em madeira



Fig. 4.2 - Fachada Sudeste do edifício da Junta de Freguesia de Peredo

4.2 Reabilitação de construções rurais

Durante alguns anos o conceito de reabilitação esteve sobretudo associado à recuperação do património arquitetónico de carácter monumental (castelos, palácios, igrejas, pontes, fortalezas). Nas últimas décadas, a reabilitação abrange outro tipo de edifícios, como por exemplo, casas populares, bem como ruas, largos e quarteirões. Nos meios rurais são muitas as construções anónimas que se encontram em estado de degradação e que fazem parte da identidade do local, que devem ser alvo de investimento, de forma a oferecer à população melhor qualidade de vida.

Em Trás-os-Montes, nomeadamente nos meios rurais são várias as construções antigas que foram edificadas para servir atividades agrícolas ou pecuárias, como por exemplo: pombais (Fig. 4.3), corriças; abrigos para os pastores e animais, moinhos, lagares, palheiros. Algumas destas construções ainda continuam a ter a mesma função, outras, encontram-se ao abandono. Todavia estas construções são reflexo de um povo que dedicava a sua vida a lide do campo, possuem características únicas, singulares, do ponto de vista arquitectónico, funcional e temporal, fazendo parte da história rural.



Fig. 4.3 - Pombal, Peredo

Não são apenas construções ligadas às lides dos agricultores que ficaram perdidas no tempo e que hoje em dia, na maioria das vezes, dão lugar a ruínas. As casas populares (Fig.4.4), bem como arquitetura religiosa e educacional apesar de serem construções não tão desgastadas, necessitam também de ser alvo de intervenção. Assim sendo é necessário revitalizar os espaços e as construções dos meios rurais, podendo atribuir-lhe outras funções (como por exemplo habitação para turismo). Todavia o meio em que se inserem este tipo de construções tem de reunir um determinado número de ofertas que justifiquem habitação para fins turísticos.

A proposta de reabilitação do edifício da Junta de Freguesia propõe duas habitações para turismo rural, visto que esta aldeia é um local procurado por muitos para férias em determinadas alturas do ano. A flora, a fauna, a gastronomia, as montarias ao javali, os produtos regionais, bem como algumas tradições são algumas das razões que fazem com que esta aldeia seja procurada para fins turísticos. Com a revitalização habitacional deste edifício (agora desocupado) pretende-se criar condições de estadia temporária.



Fig. 4.4 - Casa popular, Peredo

5

Aldeia de Peredo

5.1 Enquadramento

Peredo é uma freguesia do concelho de Macedo de Cavaleiros, distrito de Bragança, com uma de área 21,91 km² e 258 habitantes. O seu nome vem do latim *piretu*, alude à flora pomífera bravia que ali se encontrava em determinados períodos do ano (Gomes et al., 1997)⁷⁴.

Peredo é também Peredo dos Cavaleiros. A antiga freguesia de Santa Catarina de Peredo pertenceu à comarca e concelho de Chacim até a sua extinção, em 31 de Dezembro de 1853. A partir desta data passou a pertencer à comarca e concelho de Macedo de Cavaleiros. Apareceu em 1839 na comarca de Moncorvo, em 1852 na de Chacim e em 1862 na de Macedo, para a qual pensa-se ter transitado em 1853 (Gomes et al., 1997)⁷⁵.

Do Património de Peredo destaca-se a Igreja Matriz (1905) (Fig. 5.1 e 5.2); três capelas invocativas à Nossa Senhora do Bom Despacho (1896) (Fig. 5.3), a Santo António e a Nosso Senhor dos Aflitos; e uma fonte de Mergulho (1817) (Fig. 5.4).

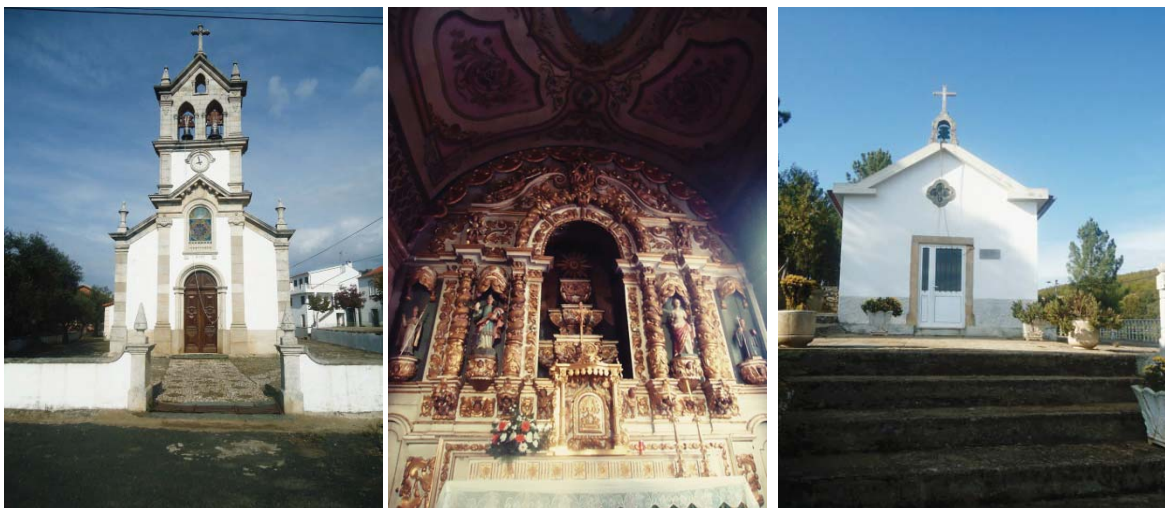


Fig. 5.1 - Igreja (exterior), Peredo, 1905

Fig. 5.2 - Igreja (interior), Peredo, 1905

Fig. 5.3 - Capela invocativa a Nossa S.^a do Bom Despacho, Peredo, 1896

⁷⁴ GOMES, Paulino et al.- Dicionário Enciclopédico das freguesias, p. 88.

⁷⁵ GOMES, Paulino et al.; Op. Cit.; p. 88.

Parte deste património foi mandado construir por o comendador Costa Pereira, bem como duas casas habitacionais seculares (de bastante relevo para a aldeia) (Fig. 5.5) e a escola primária, onde atualmente funciona a Junta de Freguesia (1922). O comendador Costa Pereira é relembrado, por todos, como o homem que ofereceu à aldeia tudo o que ela precisava, tanto a nível religioso como educativo.



Fig. 5.4 - Fonte de Mergulho, Peredo, 1817



Fig. 5.5 - Casa habitacional, Peredo

Peredo possui ainda alguma autonomia, comparativamente com outras aldeias transmontanas, pois tem um minimercado, um posto de correios⁷⁶, um gabinete de apoio ao cidadão, e dois cafés (sendo um deles restaurante e residencial). O café restaurante e residencial Saldanha é conhecido por muitos como um ponto de visita da aldeia, não só pela sua gastronomia, como também pela decoração interior com instrumentos agrícolas muito antigos (Fig 5.6 e 5.7).



Fig. 5.6 - Café Restaurante Residencial Saldanha (interior), Peredo



Fig. 5.7 - Café Restaurante Residencial Saldanha (recepção), Peredo

⁷⁶ Funciona no mesmo edifício onde se encontra a Junta de Freguesia.

Durante todo o ano são realizadas algumas atividades, como por exemplo o Carnaval, uma festa religiosa em Honra a Nossa senhora do Bom despacho, e montarias organizadas pela associação de caçadores de Peredo.

Em termos de infraestruturas de cariz social e económico, salienta-se a barragem da Camba a três quilómetros da aldeia, que para além de cumprir os objetivos para que foi destinada, tornou-se ainda local de grande potencialidade, propício para turismo, para a prática de desportos fluviais e também um espaço de lazer agradável (Gomes et al., 1996)⁷⁷.

Na última década, à semelhança de outros meios rurais, Peredo perdeu algumas das suas atividades culturais e tradições, porém é uma aldeia de grande potencial e integra-se geograficamente numa área de grandes valores paisagísticos florísticos e faunísticos (Fig. 5.8). É um local onde a existência da atividade humana ainda subsiste em equilíbrio com estes recursos. A agricultura continua a estar presente em muitas famílias desta aldeia.

É necessário preservar todo este património que, atualmente, já precisa de uma intervenção, visto que os meios rurais possuem características únicas que devem ser mantidas, desde do património arquitectónico ao património das memórias e tradições. Para que se possa contrariar a interioridade é necessário valorizar os recursos e o património cultural, tornando a região mais atrativa para o investimento.



Fig. 5.8 - Paisagem, Peredo

⁷⁷ GOMES, Paulino et al.- Dicionário Enciclopédico das freguesias, p. 88.

5.2 População

Como todas as aldeias transmontanas, Peredo nas últimas décadas também tem vindo a perder habitantes a partir da década de 50.

A observação dos dados estáticos relativamente ao Censos de 60 e ao Censos de 70 (anexo A.1 e A.2), releva que a freguesia foi palco de um acentuado decréscimo populacional. Esta tendência demográfica ter-se-á invertido durante a década de 70, porém, entre 1981 e 1991, bem como entre 2001 e 2011, a aldeia volta a perder população (Fig. 5.9). Em 1975, com a independência de Angola, muitas famílias regressaram às suas terras, e o número de habitantes aumentou em Peredo.

À semelhança dos outros meios rurais, a partir da década de 50, a população deslocou-se para as áreas urbanas, dentro e fora de Portugal, à procura de melhores condições. Actualmente Peredo tem 258 habitantes.

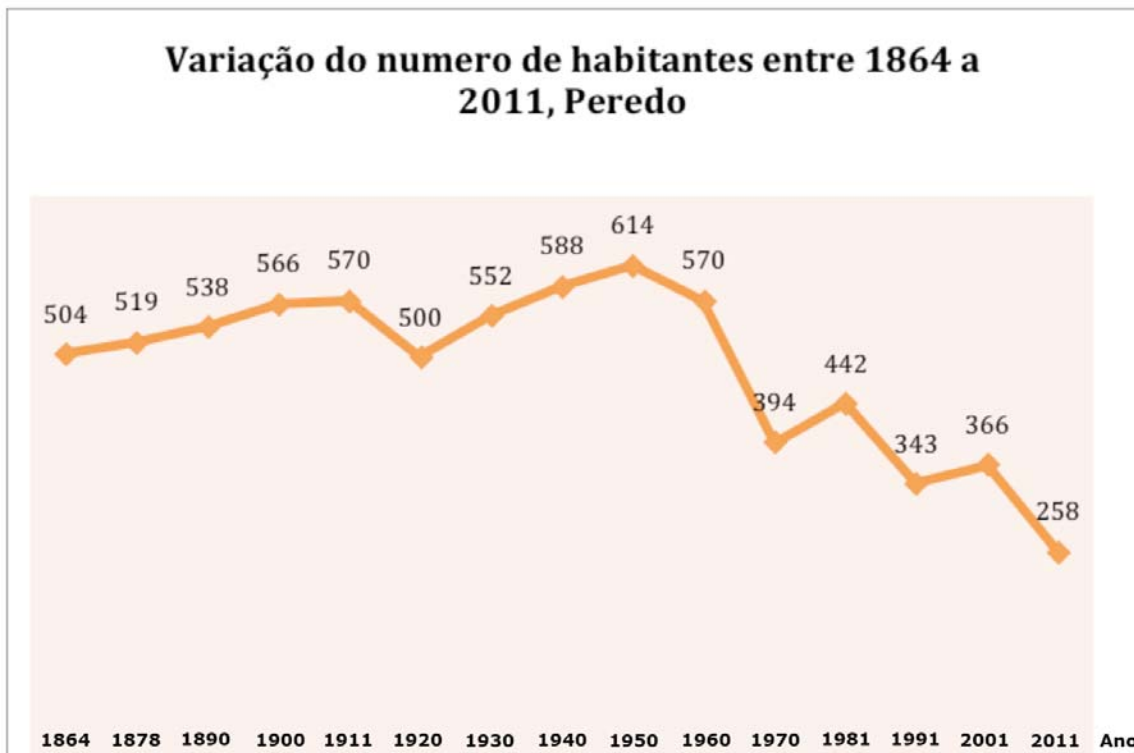


Fig. 5.9 - Gráfico sobre a variação do numero de habitantes entre 1864 a 2011, Peredo

5.3. Proposta de Reabilitação do Edifício da Junta de Freguesia- Memória descritiva

5.3.1. Introdução

Refere-se, à presente Memória Descritiva e Justificativa, a proposta de Reabilitação do Edifício da Junta de Freguesia de Peredo, a implantar na Freguesia de Peredo, concelho de Macedo de Cavaleiros. Pretende-se com esta proposta de reabilitação quebrar com a inércia dos espaços rurais e responder às necessidades da população.

Situada em Peredo, na zona antiga da aldeia, a junta de Freguesia dispõe de vários serviços essenciais à população. O edifício projectado em 1922 (Fig. 5.10 a 5.13) que outrora foi uma escola primária com duas habitações para professores, hoje em dia é a Junta de Freguesia com um posto de correios e um gabinete de apoio ao cidadão. Para além das funções referidas é utilizado esporadicamente um salão de festas (sala polivalente) para a realização de alguns eventos (Fig.5.14 a 5.17). As habitações encontram-se desocupadas. Das várias ocupações que já teve destacam-se ainda um jardim de infância, um posto de saúde e uma associação. Associadas a estas mudanças de funções o edifício sofreu algumas modificações que de certa forma lhe retiraram alguma identidade.

Na zona envolvente do local de intervenção podem-se encontrar uma fonte de mergulho, um ribeiro, muitas edificações antigas bem como um mini mercado e um café/restaurante de bastante relevo para a aldeia.



Fig. 5.10 - Fachada Noroeste



Fig.5.11 - Fachada Sudeste



Fig.5.12 - Fachada Nordeste



Fig.5.13 - Fachada Sudoeste



Fig. 5.14 - Junta de Freguesia (interior)



Fig. 5.15 - Junta de Freguesia, correios e sala do presidente



Fig. 5.16 - Sala polivalente



Fig.5.17 - Salão de festas, atualmente sem uso

Localizada na rua largo do bairro, o edifício da Junta de freguesia de Peredo tem uma área de implantação de cerca de 350 m² e uma área bruta de cerca de 650 m².

O edifício possui dois pisos, e apenas parte do primeiro piso é utilizado .

Área Implantação	369,28 m ²
Área Bruta.....	645,19 m ²
Área dos espaços exteriores.....	587,45 m ²
Pisos abaixo de cota de soleira.....	1
Pisos acima de cota de soleira.....	2
Área de construção abaixo da cota de soleira (piso-1).....	40 m ²
Área de construção acima da cota de soleira (piso 1).....	334,17 m ²
Área de construção acima da cota de soleira (piso 2).....	237 m ²

5.3.2 Materiais

Como já referido, anteriormente, no capítulo 3, os principais materiais de construção são a madeira, a pedra, o tabique e a cobertura em telha. Toda a estrutura do edifício é feita em madeira apoiada nas paredes exteriores em pedra, bem como em duas interiores.

Nas paredes do edifício podem-se verificar anomalias não-estruturais tais como: anomalias devido à ação da humidade, fendilhação, e envelhecimento e degradação dos materiais.

5.3.2.1 Cobertura

Há vários tipos de soluções no que diz respeito às coberturas, desde da geometria, à forma estrutural, materiais de revestimento e de isolamento. A informação recolhida não permite ter um conhecimento completo sobre a forma estrutural da cobertura do edifício da Junta de Freguesia de Peredo, apenas é possível perceber que se trata de uma cobertura de quatro águas revestida a telha Marselha e a estrutura é feita em madeira. A cobertura, devido a sua função é dos elementos que aparentemente apresenta mais anomalias, uma vez que faz parte da envolvente exterior, estando exposta a todos os agentes atmosféricos. Através do exterior pode-se tirar a conclusão que há uma deformação na estrutura, cujas as causas podem ter muitas origens.

5.3.2.2 Revestimentos e acabamentos

Os revestimentos são à base de argamassas com areia e cal aérea ou areia e barro. Os rebocos apresentam espessuras substanciais, visto que são superfícies bastante irregulares. Em zonas húmidas encontram-se algumas anomalias nos revestimentos devido à ação da humidade. O reboco exterior é de argamassa de cimento e areia (Fig. 5.18).



Fig. 5.18 - Reboco exterior

5.3.2.3 Revestimento de pisos

A madeira é o principal material na execução de pavimentos, tanto no que se refere a elementos estruturais como não estruturais. A solução mais frequente consiste na concepção de sistemas de vigas paralelas (fig. 5.19), colocadas a distâncias variáveis entre 0,20 e 0,40 cm, apoiadas em paredes exteriores de pedra.

O revestimento do primeiro piso é em madeira (Fig. 5.20) e em cimento queimado (Fig. 5.21), inicialmente apenas em madeira. Porém na década de 60, sofreu algumas modificações e o pavimento passou a ser misto. Os revestimentos em madeira são constituídos por tábuas de soalho, geralmente, com espessuras entre cerca de 20 e 30 mm colocadas lado a lado, pregadas ou vigamento do pavimento.

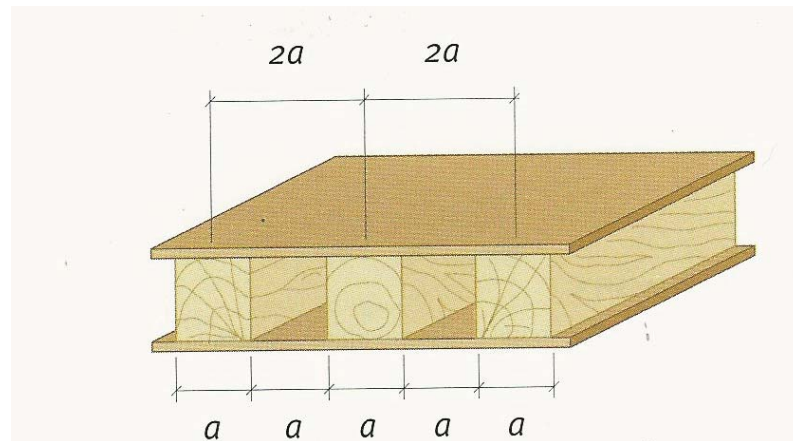


Fig. 5.19 - Esquema estrutural do pavimento



Fig. 5.20 - Pavimento em madeiro, 1º piso



Fig. 5.21 - Pavimento em tijoleira, revestido a cimento queimado

5.3.2.5 Escadas

No edifício existem duas escadarias em forma de L (Figura 5.21), ambas em bom estado de conservação, sendo apenas necessário substituir alguns elementos na escadaria de uma das habitações, visto que devido ao uso intensivo, originando algum desgaste do material.

A estrutura das escadas está apoiada em uma parede de pedra de 60 cm e em uma parede em tabique de 15 cm (Fig. 5.23 e 5.24). As guardas das escadas são constituídas por um corrimão de madeira apoiado em balaústres, também em madeira.



Fig. 5.22 - Escadas da habitação

Fig. 5.23 - Corte longitudinal de uma escada

Fig. 5.24 - Corte transversal de uma escada

5.3.3 Proposta de Reabilitação

5.3.3.1 Critérios gerais e intenção projetual

Os meios rurais nas últimas décadas têm vindo a perder alguma da sua identidade, e os edifícios encontram-se cada vez mais degradados. O edifício a reabilitar, apesar de ter sido construído há 94 anos, não possui grandes anomalias comparativamente com estes. Porém a distribuição dos espaços não é a mais adequada para as novas exigências. Os rebocos e os pavimentos, em certas zonas precisam de ser substituídos, bem como a cobertura. Pretende-se ainda criar equilíbrio na fachada principal, substituindo a cobertura tradicional por dois novos volumes, elementos em relevo, que se destacam no edifício.

A proposta tem como intenção e estratégia a recuperação do edificado, mantendo as funções e reordenando os diferentes espaços. Através de novas técnicas, novos materiais e de novas volumetrias, pretende-se que haja uma ligação entre o novo e o antigo. Originalmente, a fachada principal caracterizava-se pela simetria, e tendo em conta esta característica marcante, os dois novos volumes adicionados foram colocados para que parte do carácter

inicial ressurgisse. A escolha e a forma do material dos mesmos (aço corten), além de enfatizar a simetria na fachada, torna o edifício marcante e chamativo, algo a ter em conta visto que o edifício passa a ter habitação para turismo rural.

5.3.3.2 Programa

Todo o programa desenvolvido tem como base as necessidades da população. A Junta de Freguesia de Peredo dispõe de vários serviços que são indispensáveis, essencialmente às pessoas mais idosas. A proposta de reabilitação propõe a reorganização de todas as funções já existentes, visto que atualmente os espaços foram adaptados e não correspondem às necessidades atuais.

O edifício passa a ter dois pisos destinados a Junta de Freguesia, em que no primeiro piso está o posto de correios que serve também como gabinete de apoio ao cidadão, com instalações sanitárias. O acesso ao primeiro piso é feito através de uma escadaria e um elevador. Este piso possui uma sala de reuniões e uma sala presidencial, assim como um espaço de espera.

Foi também necessário criar um espaço destinado a eventos realizados durante todo o ano, com o primeiro piso destinado à contemplação da envolvente. Em determinados pontos existem ainda lugares de exposição de instrumentos da antiga banda filarmónica de Peredo.

As duas habitações passam a ser habitações para turismo rural ou para a população em caso de necessidade de realojamento temporário. Estas são de tipologias t1 e t2 podendo este último ser convertida em t4 com acessibilidade para pessoas com mobilidade condicionada.

Em cada habitação é projectada uma lareira que assenta numa pedra, tal como nas edificações populares.

Todo o espaço exterior foi tratado através de vários patamares para poder resguardar as zonas mais privadas do edifício. Esta separação de patamares é feita através de aço corten de forma a criar uma ligação com os alçados. No pavimento é usado Betão aparente bujardado Gr 160 e Gr 620/4 bem como dois tipos diferentes de relva.

Área Implantação	328,00 m2
Área Bruta.....	638,98 m2
Área dos espaços exteriores.....	595,00 m2
Pisos abaixo de cota de soleira.....	1
Pisos acima de cota de soleira.....	2
Área de construção abaixo da cota de soleira (pisos-1).....	40 m2
Área de construção acima da cota de soleira (pisos 1).....	312,46 m2
Zona pública.....	241 m2

Zona privada.....	71,46 m2
Área de construção acima da cota de soleira (piso 2).....	286,56 m2
Zona pública.....	138 m2
Zona privada.....	148.48 m2

5.3.3.2.1 Turismo em espaço rural

Aldeia de Peredo, à semelhança de outras sociedades rurais, também foi afetado pelas tendências de industrialização e urbanização, levando ao envelhecimento das populações e à quebra nas receitas e no emprego relacionado com atividade agrícola. Estas tendências têm levado à diminuição da população, fraca capacidade para valorização de recursos endógenos e falta de dinâmicas de desenvolvimento, porém é um local de grande potencialidade. Peredo oferece algumas atividades ligadas ao lazer, um local com algumas tradições e de muita tranquilidade, ótimo para o desenvolvimento do turismo. O TER (turismo em espaço rural) poderá funcionar como meio essencial no desenvolvimento local, dinamizando e desenvolvendo infraestruturas capazes de sustentar esta atividade, levando à requalificação dos espaços e geração de riqueza local.

Em Portugal, o turismo em espaço rural foi consagrado legalmente em 1984⁷⁸ mas apenas em algumas modalidades, com posterior atualizações em 1986 e 1989⁷⁹. Estas abrangem um amplo conjunto de modalidades tais como: turismo de habitação, turismo rural, agroturismo, turismo de aldeia, casas de campo e hotéis rurais e parques de campismo rurais (Luís,2002)⁸⁰.

O turismo rural não só tem a finalidade de alojar, mas também a de dar a conhecer as tradições, a gastronomia, a cultura popular, a arquitetura popular, e a história dos meios rurais.

Segundo a DGADR (Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural) o turismo no espaço Rural deve ser⁸¹:

- *“situado em espaços rurais entendidas como áreas com ligação tradicional e significativa à agricultura ou ambiente e paisagem de carácter vincadamente rural;”*
- *“considerado como um conjunto de actividades e serviços realizados e prestados mediante remuneração em zonas rurais, segundo diversas modalidades de hospedagem , de actividades e serviços complementares e animação turística, com vista a proporcionar aos clientes uma oferta completa e diversificada”;*

⁷⁸ Decreto Lei n° 251/ 84, de 25 de julho.

⁷⁹ Decreto Lei n° 256/86, de 27 de agosto, substituído pelo Decreto Lei n° 169/97, de 4 de julho.

⁸⁰ LUIS, Esmeralda- Turismo no espaço rural em Portugal, p.145.

⁸¹ <http://www.dgadr.mamaot.pt/diversificacao/turismo-rural/caracteristicas-do-turismo-no-espaco-rural>.

- *“à escala rural do ponto de vista da dimensão e das características arquitectónicas e dos materiais construtivos típicos da região”;*
- *“ligado às estruturas sociais ditas tradicionais, isto é, as que conservam as características gregárias, os valores, modos de vida e de pensamento das comunidades rurais baseadas em modelos de agricultura familiar”;*
- *“sustentável, na medida em que o seu desenvolvimento deve ajudar a manter as características rurais da região, utilizando os recursos locais, e os conhecimentos derivados do saber das populações e não ser um instrumento de urbanização”;*
- *“diferenciado de acordo com a diversidade do ambiente, da economia e com a singularidade da história, das tradições e da cultura popular”;*
- *“de acolhimento personalizado e do acordo com a tradição de bem receber da comunidade em que se insere”;*

O turismo rural é resultante de uma forte procura destes espaços, de forma a valorizar todas as potencialidades e combater todos os problemas que impedem o desenvolvimento das áreas rurais.

5.3.3.3 Soluções construtivas

5.3.3.3.1 Segurança Contra Incêndios

No que se refere a medidas a tomar para reduzir o risco de deflagração de incêndios, salienta-se uma medida básica - renovação das instalações elétricas e de gás e retirada das instalações de botijas de gás no interior das duas habitações.

Outra solução é o reforço dos elementos construtivos, onde as paredes interiores serão revestidas a gesso laminado, visto que este é um material resistente ao fogo. As paredes exteriores da sala polivalente também serão revestidas pelo interior com o mesmo material. Nos pavimentos serão utilizados painéis semi-rígidos de lâ rocha.

5.3.3.3.2 Desempenho térmico

A solução para otimizar o desempenho térmico do edifício passou por várias soluções, visto que era necessário intervir em determinados elementos construtivos diminuindo as perdas térmicas. Foi necessário isolar todas as paredes e a instalação de sistema de aquecimento.

Nas paredes exteriores das habitações e da Junta de Freguesia a solução consiste na aplicação de um reboco de isolamento - ISODUR, nas paredes de pedra (no interior). Este reboco é aplicado em duas faces e a espessura de cada camada não deve exceder os 3 mm.

5.3.3.3.3 Desempenho acústico

O facto de o edifício ter vários espaços distintos, entre eles uma sala polivalente, em que o ruído poderá afectar a envolvente, foi necessário isolar toda essa área (pelo interior) e consequentemente a aplicação de gesso laminado.

Na divisão das áreas destinadas às instalações sanitárias, cozinha, bar, e despensa, as divisões são executadas em bloco acústico (Freebloco), o interior deste bloco permite ainda a passagem de tubos de forma fácil, dispensando a tradicional abertura de roços verticais.

5.3.3.3.5 Estrutura

A intervenção da estrutura de madeira dos pavimentos passou por o reforço de algumas vigas que apresentavam algumas anomalias, e em alguns casos a substituição total. Relativamente à estrutura da cobertura, foi alterada na totalidade, visto que a proposta só mantém a cobertura tradicional nas zonas de habitação.

5.3.3.3.6 Paredes exteriores e interiores

Nas paredes exteriores de pedra não foi feita qualquer alteração, apenas foram adicionados elementos para melhorar as condições térmicas e acústicas (no interior). Em relação as paredes de tabique será acrescentado um isolamento térmico e acústico pelo interior, seguidamente revestidas a gesso laminado.

5.3.3.3.7 Pavimentos

Os pavimentos em madeira serão polidos e os elementos mais degradados substituídos (Fig. 5.25). Será ainda colocado isolamento térmico e acústico entre as vigas de madeira da estrutura. Os pavimentos das instalações sanitárias e cozinhas serão em cerâmica.

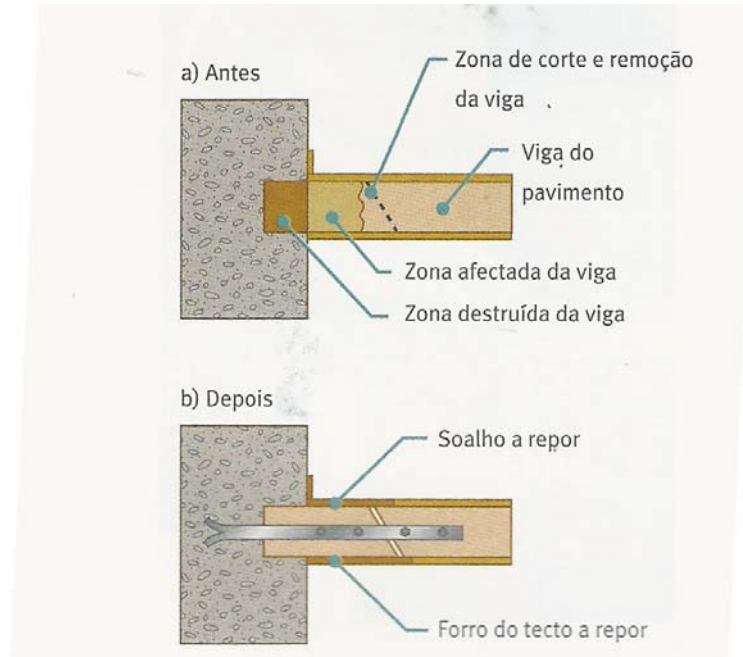


Fig. 5.25 - Substituição de uma viga em madeira de um pavimento

5.3.3.3.8 Portas e janelas

As portas exteriores e interiores são em madeira e irão ser substituídas por novas, excepto as duas portas para habitação, fazendo-se apenas o tratamento necessário para preservar a madeira. As janelas também serão substituídas por janelas com o mesmo material, assumindo a mesma forma apenas na fachada Noroeste e Nordeste. Os rodapés serão removidos e substituídos por outros em contraplacado de madeira de acabamento em folha de carvalho.

5.3.3.3.9 Acessos verticais

Na proposta existem 5 acessos verticais, quatro escadas e um elevador. Como o edifício possui funções que não podem funcionar em conjunto, cada espaço é detentor de uma escadaria. Nas habitações as escadas já existiam, apenas foram recuperadas. Na Junta de Freguesia e na sala polivalente foi necessário projectar duas escadarias visto que antes apenas existia um piso para cada uma das funções.

A Junta de Freguesia passa também a ter um elevador que contém um sistema GEN2 FLEX⁸², a solução mais indicada para projectos de reabilitação, proporcionando uma solução altamente eficiente:

- não tem casa de máquina e obtém-se mais espaço;
- como a máquina é fixada nas guias, as cargas são transferidas para baixo, para o poço, reduzindo as tensões no edifício. Isto permite que o sistema do GN2 Flex seja instalado em caixas com diferentes tipos de paredes, tais como tijolo, betão ou aço com painéis metálicos ou de vidro;
- é um produto verde que não necessita de lubrificantes poluentes.

⁸²http://www.otis.com/site/pt/OT_DL_Documents/OT_DL_DownloadCenter/Brochura%20Gen2@%20Flex/Brochura%20Gen2@%20Flex.pdf

6

CONCLUSÃO

Ao longo do tempo o espaço rural sofreu grandes transformações a vários níveis, sobretudo a partir da segunda metade do século XX. As populações abandonaram os campos na procura de melhores condições de vida, resultando no êxodo para os espaços urbanos. Neste contexto, surgem novas questões: como travar este processo? Como otimizar a gestão de todas as potencialidades dos meios rurais?

Há, assim, a necessidade das áreas rurais criarem meios que ajudem a fixar a população, que valorizem todos os recursos e que reabilitem os espaços.

O património histórico-cultural e o património das memórias devem ser recuperados e salvaguardados para que estes reconquistem toda a sua identidade e possam ser geradores de algum emprego, que fixe a população.

É importante encontrar soluções que quebrem a inércia dos espaços rurais, resultante da desvalorização da agricultura com consequências a nível económico, social, cultural e da marginalização destes territórios (Azevedo et al., 2007) ⁸³.

O turismo em espaço rural poderá dar um contributo relevante no crescimento de serviços, emprego, infraestruturas e rendimentos.

“O ordenamento do território é fundamental para a sustentabilidade dos espaços rurais pois pode contribuir para atenuar o isolamento destas zonas, a pressão urbana e ambiental.” (Azevedo et al., 2007) ⁸⁴

A reabilitação assume um papel importante nestes espaços, visto que desta forma os meios rurais podem recuperar toda a sua identidade. A reabilitação de edifícios, por oposição às novas construções, detêm várias vantagens, que se prendem com a sustentabilidade, nomeadamente a utilização de materiais locais, a preservação de valores culturais, proteção ambiental e benefícios económicos. Ao reabilitar edificações antigas há a preocupação de preservar uma grande parte dos elementos construídos, demolindo apenas o que é extremamente necessário.

Em suma, a intervenção em edifícios em meios rurais para além de contribuir para a revitalização do respetivo aglomerado, permite ainda ser o motor de desenvolvimento destas áreas, que se encontram perdidas no tempo, e que de certa forma, não acompanharam o desenvolvimento dos meios urbanos.

⁸³ AZEVEDO, Nuno et al.- Os Espaços Rurais Na Região Norte- PRO-NORTE, p.8

⁸⁴ AZEVEDO, Nuno et al.; Op. Cit.; p.8

7

BIBLIOGRAFIA

AMARAL, Francisco K.; ANTUNES, Alfredo da Mata; ARAÚJO, Artur M.; CASTRO, Celestino; DIAS, Carlos C.; DIAS, Francisco D.; FILGUEIRAS, Octávio L.; FREITAS, António P.; GEORGE, Federico; GOMES, António A.; LOBO, José H.; MALATO, João J.; MENÉRES, António; PEREIRA, Nuno T.; TÁVORA, Fernando; TORRES, Fernando- **Arquitectura Popular em Portugal**. Volume 1. 3ª ed. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988. ISBN 972-97668-7-8.

AZEVEDO, Nuno; BENTO, Ricardo; FERNANDES, Delfina; RAMOS, Luís- **Os Espaços Rurais na região Norte: Estudos Complementares de caracterização Territorial e Diagnóstico Regional**. [Em linha] Plano Regional De Ordenamento do Território do Norte - Prot-Norte. [Consult. 20 Março 2015] Disponível em WWW:<URL: <http://consulta-prot-norte.inescporto.pt/plano-regional/relatorio-do-plano/relatorios-tematicos-de-caracterizacao-e-diagnostico/PROTNORTEespacosrurais.pdf>>.

ANTUNES, Catarina; PINHEIRO, Francisco; NUNO, João; TEIXEIRA, Victor- **Peredo. In Freguesias-Autarcas do Século XXI. Bragança, Guarda e Vila Real**. Matosinhos: MINHATERRA, 2000. ISBN 972-97885-7-X. Pt.VI, p. 127-128.

APPLETON, João- **Reabilitação de Edifícios Antigos- Patologias e Tecnologias de Intervenção**. 2ª ed. Amadora: Edições Orion, 2011. ISBN 972-8620-03-9.

APPLETON, João- Reabilitação Urbana e Tecnologias de Intervenção. *Arquitectura Ibérica-Reabilitação*. ISSN 1645-9415. Nº19 (2007) p. 4-17.

AGUIAR, José; APPLETON, João; CABRITA, António R.- **Guião de apoio à reabilitação de edifícios habitacionais**. Volumes 1 e 2. 6ª ed. Lisboa: Direcção-Geral de Ordenamento do Território e Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 2002. ISBN 972-491726-6.

BAPTISTA, Fernando Oliveira- **Agricultura, Espaço e Sociedade Rural**. Coimbra: Fora do Texto, 1993. ISBN 00000051822.

COSTA, Aníbel; TAVARES, Alice; VARUM, Humberto- **Manual de Reabilitação e Manutenção de Edifícios, Guia de intervenção**. [Consult. 21 Out. 2015]. Disponível na internet: <URL:http://www.tecsat.com.pt/inovadomus/fh/images/documentos/article/5/MANUAL_INOVADOMUS.pdf>.

CRUZ, Helena; PALMA, Pedro- A Madeira Estrutural na Construção Tradicional. *Arquitectura Ibérica- Reabilitação*. ISSN 1645-9415. Nº26 (2008) p. 16-19.

DOMINGUES, Álvaro -**Vida no Campo**. Porto: Dafne Editora, 2011. ISBN 9789898217196.

FERRÃO, João- Relações entre o mundo rural e o mundo urbano: evolução histórica actual e pistas para o futuro. *EURO*. [Em linha].Vol. XXVI, nº 78 (2000), p.45-54. [17 Abril 2015]. Disponível na internet:<URL: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/368/1/33.02.pdf>>. ISSN 0250-7161.

FIGUEIREDO, Elsa Maria Alves- **O Espaço Público das Aldeias da Beira Transmontana: que requalificação**. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa, 2003/2004.

GARCIA, João Leite- A Madeira Estrutural na Construção Tradicional. *Arquitectura Ibérica- Reabilitação*. ISSN 1645-9415. Nº26 (2008) p. 4-15.

DGAR-Turismo no Espaço Rural. [Consult. 1 Set. 2015]. Disponível na internet: <URL:<http://www.dgadr.mamaot.pt/diversificacao/innovar-meio-rural>>.

GOMES, Paulino; Pinto, Luís F.; PINTO, Ricardo Santos- Peredo. In **Dicionário Enciclopédico das Freguesias**. Matosinhos: MINHATERRA, 1997. ISBN 972-96087-7-6. Pt. 3, p.88.

LUIS, Esmeralda- Turismo em espaço rural. *Geolnova* [Em linha]. Nº 5 (2002), p. 139-152. [Consult. 9 Março 2015]. Disponível na internet :<URL:<http://fcsh.unl.pt/geoinova/revistas/files/n5-5.pdf>>. ISSN 0874-6540.

MARQUES, Teresa Sá- Dinâmicas territoriais e as relações urbano -rurais. *Revista da Faculdade de Letras: Geografia* [Em linha]. Vol. XIX (2003), p. 507-521. [Consult. 9 Março 2015]. Disponível na internet:<URL:<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/326.pdf>>. ISSN 0871-1666.

MARTINS, Nuno Miguel Fonseca- **Reabilitação de edifícios para turismo Rural: estudo de casos de sucesso**. Porto: Universidade do Porto, 2010.

MENDES, Carlos S.- Macedo de Cavaleiros- Cultura, Património e Turismo (Contributos para um programa integrado).1ª ed. Macedo de Cavaleiros: Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, 2005.

MESQUITA, Ana Maria Vicente- *O turismo em espaço rural na região de Trás-os-Montes: contributo para o estudo da oferta e dos promotores*.(2010). [Consult. 9 Mar. 2015].

Disponível na
internet:<URL:<https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/5823/1/1%20CONGRESSO%20ODE%20ESTUDOS%20RURALS.PDF>>.

MOUTINHO, Mário C.- *A Arquitectura Popular Portuguesa*. 3ª ed. Lisboa: Editorial estampa, 1979. ISBN 9723310546.

MOREIRA, Marina Fernanda Jesus- Reabilitação de estruturas de madeira em edifícios antigos- Estudo de caso. Porto: Universidade do Porto, 2009

NEVES, Edgar- Recuperar. *Arquitectura Ibérica- Reabilitação*. ISSN 1645-9415. Nº 24 (2008), p.4-15.

NEVES, João Dias- *Do Rural ao Urbano: Que Espaços?*. Volume 1 e 2, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1994.

NOBRE, Sílvia- Multifuncionalidade dos espaços rurais -os pontos de vista de um grupo de “urbano ex-rurais, em Trás-os-Montes. Bragança: Escola Superior Agrária. (2001) [Consult. 26 Março 2015] Disponível em [www:<URL:https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/5828/1/Multifuncionalidade%20dos%20Espacos%20Rurais.pdf](http://www.bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/5828/1/Multifuncionalidade%20dos%20Espacos%20Rurais.pdf)>.

OLIVEIRA, Luís Valente- Problemas do mundo rural. [Em linha]. Colóquio promovido pelo Presidente da República durante a jornada da Interioridade em Idanha-a-Nova. [Consult. 23 Março de 2015] Disponível em WWW:<URL: <http://jorgesampaio.arquivo.presidencia.pt/pt/biblioteca/outros/interioridade/>>.

PEIXOTO, João- *O crescimento da população Urbana e a Industrialização em Portugal*. Revista Crítica de Ciências Sociais [Em linha]. Nº22 (1987), p.101-113. [Consult. 26 Jun. 2015]. Disponível na
internet:<URL:<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/11690/1/O%20Crescimento%20da%20Populacao%20Urbana.pdf>>. ISSN 0254-1106.

PEIXOTO, Paulo- Os meios rurais e a descoberta do património. Centro de Estudos Sociais [Em linha]. (2002), p. 1-18. [Consult. 28 Jun. 2015]. Disponível na internet:<URL:www.ces.uc.pt>. ISSN 2182-7966.

PESSEGUEIRO, Mário- *Projectar para todos*. Porto: Vida económica- Editorial, SA, 2014. ISBN 978-972-788-958-7.

PINTO, Luís Ferreira; Gomes, Paulino; PINTO, Ricardo Santos- Peredo. In **Dicionário Enciclopédico das Freguesias**. Matosinhos: MINHATERRA, 1997. ISBN 972-96087-7-6. Pt. 3, p.88.

PIRES, Armando- *O Concelho de Macedo de Cavaleiros*. 2ª ed. Macedo de Cavaleiros: Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, 1993.

PIRES, Silvério B. *A Casa Transmontana*. Mirandela: Câmara Municipal de Mirandela, 1986

VARELA, J.A.S- *A Agricultura e o Espaço Rural- Contributo para a compreensão das suas relações em Portugal*. Lisboa: Ministério da Agricultura, 1992. ISBN 9729175578.

VILLAR, Miguel- Reabilitação Urbana e Tecnologias de Intervenção. Arquitectura Ibérica-Reabilitação. ISSN 1645-9414. Nº19 (2007) p. 18-29.

CENSOS- População residente entre 2001 e 2011, segundo os grupos etários e a sua evolução entre 2001 e 2011. [Consult. 1 Jun. 2015] Disponível na internet: < URL:<censos.ine.pt>.

CENSOS- X Recenseamento Geral da População. [Consult.1 Jun. 2015]. Disponível na internet: URL:<censos.ine.pt.

O arquitecto e a cidade velha. Ilha de São Tiago, Cabo Verde. Realização: Catarina Alves Costa. Produção: Laranja Azul. Documentário, 60'. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jAuCJEW1-pw>. Consult.: Mar. 2015.

ANEXOS

